



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 831/2022-G4P/ML

ASSUNTO: AUDITORIA DE REGULARIDADE

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 14.498/2018

EMENTA: 1. AUDITORIA DE REGULARIDADE. SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES. RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA. DECISÃO Nº 1.808/2019. DETERMINAÇÕES À JURISDICIONADA. DECISÃO Nº 1.396/2020. NOVAS DETERMINAÇÕES. DECISÃO Nº 967/2021. RENOVAÇÃO DAS DETERMINAÇÕES E ALERTAS. JUNTADA DE **OFÍCIO DO MPC/DF**. DECISÃO Nº 4.131/2021. CONHECIMENTO COMO **REPRESENTAÇÃO**. CONCESSÃO DE **CAUTELAR**. **NESTA FASE**. EXAME DO CUMPRIMENTO DA DECISÃO Nº 967/2021 E DOS ESCLARECIMENTOS COLACIONADOS AO FEITO EM ATENÇÃO À DECISÃO Nº 4.131/2021.
2. ÁREA TÉCNICA SUGERE A **REVOGAÇÃO** DAS MEDIDAS DE URGÊNCIA CONCEDIDAS NO **ITEM II.A E B** DA DECISÃO Nº 4.131/2021. **DETERMINAÇÃO AO SLU**.
3. **PARECER CONVERGENTE DO MPC/DF, COM AJUSTES E ACRÉSCIMOS.**

1. Trata-se de Auditoria de Regularidade realizada no **Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU**, tendo por objetivo avaliar a execução dos contratos de prestação de serviços de coleta de resíduos sólidos domiciliares, a partir da análise dos Contratos nºs 9/2016, 27/2018 e 29/2018.

2. Após a realização do trabalho de fiscalização consignado no Relatório Final de Auditoria¹, o Plenário prolatou a **Decisão nº 1.808/2019**², **in verbis**:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – tomar conhecimento** do Relatório de Final de Auditoria e demais documentos acostados aos autos; **II – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal** que: a) priorize a aprovação dos Planos de Coleta apresentados pelas empresas prestadoras de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos; b) defina como requisito prévio ao cadastramento de novos veículos no Sistema de Gerenciamento Integrado – SGI, a apresentação do correspondente Termo de Vistoria; c) realize vistorias periódicas dos veículos, conforme previsão expressa no Termo de Referência e Projetos Básicos dos Contratos que tratam do serviço de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares, de modo a garantir a manutenção dos requisitos contratuais iniciais; d) exija das empresas contratadas a imediata substituição dos veículos reprovados nas*

¹ Peça 28 – e-DOC EC2E6219

² Peça 35 – e-DOC 31F7F656



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

vistorias periódicas; e) dê fiel cumprimento aos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referência dos Contratos, que tratam da idade máxima da frota autorizada a prestar o serviço de coleta convencional, determinando a substituição imediata de veículos que não atendam aos padrões contratuais; f) exija das empresas contratadas a imediata instalação da “programação visual” nos veículos utilizados na coleta de resíduos sólidos domiciliares, nos termos previstos nos contratos pactuados; g) doravante, não deixe de exercer o poder-dever de fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais avançadas, realizando a notificação formal das contratadas para correção de eventuais irregularidades, bem como a aplicação de sanções ou glosas contratuais quando não forem corrigidas a contento; **h) no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, envie ao Tribunal relatório sobre as medidas adotadas com vistas à implementação das deliberações contidas nos itens II e III desta decisão, bem como os resultados delas decorrentes; III – recomendar**, ainda, ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal que: a) toda alteração ou ajuste necessário nos registros da execução do serviço de coleta domiciliar, como, por exemplo, o cancelamento de uma pesagem incorreta, seja realizado no Sistema SGI, de maneira a garantir a fidedignidade do sistema com a efetiva execução do serviço; b) em relação ao Sistema de Gestão Integrada – SGI, proceda aos seguintes ajustes: i) impedir a ocorrência de pesagens em duplicidade, isto é, bloqueie o registro de entrada de um veículo enquanto houver pendência de saída; ii) realizar a vinculação, quando couber, de cada tipo de caminhão ao serviço prestado, bem como às localidades de origem e de destino; iii) implementar a emissão de relatórios que subsidiem a liquidação das despesas, automatizando a busca por eventuais inadequações na prestação do serviço, fazendo-os constar dos processos de pagamento; c) avalie a conveniência de normatizar o Sistema de Gestão Integrada – SGI, de modo a garantir a continuidade da solução, bem como de estender o seu uso para o controle da prestação dos demais serviços contratados; IV – dar ciência do Relatório Final de Auditoria em referência, do Parecer nº 0115/2019-G4P do Ministério Público junto à Corte, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Serviço de Limpeza Urbana; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, de Infraestrutura e Mobilidade, para as providências pertinentes”. (Grifos acrescidos)

3. Na fase processual seguinte, o Tribunal, ao avaliar o atendimento ao **Decisum**, exarou a **Decisão nº 1.396/2020**³, nos seguintes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) da Informação nº 22/2020 – DIGEM2; b) dos esclarecimentos prestados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU no Ofício SEI-GDF Nº 1992/2019 - SLU/PRESI e anexos; II – considerar: a) atendido o item “II-h” da Decisão nº 1.808/2019; b) não atendidos os itens ‘II-a’ e ‘II-c’ a ‘II-f’ da Decisão nº 1.808/2019; **III – reiterar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF os seguintes itens da Decisão nº 1.808/2019, devendo o Jurisdicionado encaminhar ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, documentação comprobatória das medidas adotadas: a) ‘II-a’, para que priorize a aprovação dos Planos de Coleta apresentados pelas empresas prestadoras de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos; b) “II-c”, para que realize vistorias periódicas dos veículos, conforme previsão expressa no Termo de Referência e Projetos Básicos dos Contratos que tratam do serviço de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos**

³ Peça 45 – e-DOC 63AE3572



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Domiciliares, de modo a garantir a manutenção dos requisitos contratuais iniciais; c) “II-d”, para que exija das empresas contratadas a imediata substituição dos veículos reprovados nas vistorias periódicas; d) “II-e”, para que dê fiel cumprimento aos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referência dos Contratos, que tratam da idade máxima da frota autorizada a prestar o serviço de coleta convencional, determinando a substituição imediata de veículos que não atendam aos padrões contratuais; e) “II-f”, para que exija das empresas contratadas a imediata instalação da “programação visual” nos veículos utilizados na coleta de resíduos sólidos domiciliares, nos termos previstos nos contratos pactuados; IV – autorizar: a) a realização de inspeção, para verificação da efetividade das medidas adotadas pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF acerca das questões tratadas nos itens II e III da Decisão nº 1.808/2019; b) a devolução dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM” (Grifos acrescentados)

4. Realizada a inspeção visando à verificação da efetividade das medidas adotadas pelo SLU acerca das questões tratadas nas Decisões nº 1.808/2019 e nº 1.396/2020, o Tribunal prolatou a **Decisão nº 967/2021**⁴, a seguir transcrita:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – tomar conhecimento:** a) da Informação nº 98/2020 – DIGEM2; b) das informações prestadas pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF nos Ofícios nºs 1334/2020-SLU/PRESI (peça 49), 1942/2020 - SLU/PRESI (peça 60), 1985/2020 - SLU/PRESI (peça 99) e 1985/2020 - SLU/PRESI (peça 119) e nos documentos anexos a esses (peças 48, 61/70, 74/98 e 100/118, respectivamente); **II – considerar:** a) atendido o item ‘II-f’ da Decisão nº 1.808/2019; b) não atendidos os itens ‘II-a’, ‘II-d’ e ‘II-e’ da Decisão nº 1.808/2019; c) prejudicado, momentaneamente, em razão da pandemia do Coronavírus, o item ‘II-c’ da Decisão nº 1.808/2019; **III – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal:** a) que adote medidas urgentes para aprovação dos Planos de Varrição Manual referentes aos **Contratos nºs 18/2019 e 24/2019**, firmados com a **Sustentare Saneamento S.A. e Consita Tratamento de Resíduos S.A.**, respectivamente; b) que tome providências imediatas para o cumprimento dos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referência dos Contratos, que tratam da: **b.1)** utilização de veículos em conformidade com o especificado, substituindo aqueles reprovados nas vistorias periódicas; **b.2)** aquisição de contêineres e de caminhões compactadores; **b.3)** idade máxima da frota autorizada a prestar o serviço de coleta convencional, determinando a substituição imediata de veículos que não atendam aos padrões contratuais; c) que encaminhe à Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, os resultados das medidas adotadas para cumprimento dos itens ‘III-a’ e ‘III-b’ retro; **IV – alertar** o gestor do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal: a) para o efetivo cumprimento do deliberado no item ‘II-c’ da Decisão nº 1.808/2019, **assim que a questão da pandemia do Coronavírus for superada**, bem como para a necessidade da conclusão dos processos administrativos das apurações por descumprimento contratuais, logo após a revogação do estado de calamidade pública no Distrito Federal, já que os temas serão objeto de verificação por parte deste Tribunal em sede de monitoramento, a ser realizado em momento oportuno; b) de que o não atendimento de decisão desta Corte, no prazo fixado, sem causa justificada, sujeita o infrator à multa prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 272, inciso VII do RI/TCDF; **V – autorizar** o envio da Informação nº 98/2020 -

⁴ Peça 126 – e-DOC E88273BF



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

DIGEM2, do relatório/voto do Relator e desta decisão ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU/DF, de forma a facilitar o atendimento aos itens que vierem a ser deliberados; VI – restituir os autos à SEGEM, para as providências pertinentes.” (Grifos acrescidos).

5. A Autarquia foi informada acerca do inteiro teor da aludida Decisão mediante o Ofício nº 2.385/2021-GP⁵. Consequentemente, o SLU encaminhou o Ofício nº 572/2021 – SLU/PRESI/DIRAD⁶ e anexos.

6. Por seu turno, na Informação nº 65/2021-SEGEM/DIGEM2⁷, o Órgão Instrutivo apresentou as seguintes conclusões e sugestões no tocante ao cumprimento das diligências indicadas na **Decisão nº 967/2021**:

*“73. Nesta fase processual analisou-se o **cumprimento do item III da Decisão nº 967/2021**, que fez referência a pontos das Decisões nºs 1.808/2019 e 1.396/2020.*

*74. Do exame, concluiu-se que o **Serviço de Limpeza Urbana ainda não implementou, em sua totalidade, as medidas determinadas pela Corte**, sendo que, em alguns casos, o motivo foi o estado de calamidade pública provocado pela pandemia da COVID19.*

*75. Sobre o item ‘III-a’ da Decisão nº 967/2021, que determinou a **aprovação dos Planos de Varrição Manual referentes aos Contratos nºs 18/2019 e 24/2019**, firmados com a Sustentare Saneamento S.A. e Consita Tratamento de Resíduos S.A., respectivamente, o Serviço de Limpeza Urbana asseverou que **foram aprovados**.*

*76. Entretanto, dado o **não encaminhamento de documentação comprobatória**, entendeu-se prudente não emitir juízo sobre o atendimento do item neste momento, **deixando para análise quando da execução da Auditoria de Conformidade que está sendo tratada no Processo nº 00600-00000568/2021-95-e**.*

*77. Quanto ao item ‘III-b-1’ da Decisão nº 967/2021, que determinou providências imediatas para o cumprimento dos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referência dos Contratos, que tratam da **utilização de veículos em conformidade com o especificado, substituindo aqueles reprovados nas vistorias periódicas**, observou-se que **foi cumprida a deliberação no Contrato nº19/2019**. Entretanto, o mesmo **não ocorreu em relação aos Contratos nºs 18 e 24/2019**.*

78. Ressalta-se, mais uma vez, se considerar inadmissível que, tendo passado mais de ano do início da execução, o SLU não consiga impor aos contratados o cumprimento de suas obrigações legais.

79. Verificou-se a instauração de diversos procedimentos de apuração de descumprimento contratual, com a finalidade de aplicar sanções nas empresas que não atenderam ao ajustado. Entretanto, em virtude do estado de calamidade provocado pela COVID19, não está sendo possível a finalização das apurações.

*80. Diante disso, entende-se que, **a despeito de não estar implementada a determinação da Corte, a ocorrência, neste momento, pode ser relevada, devendo ser avaliada na execução da já mencionada Auditoria de Conformidade tratada no Processo nº 00600-00000568/2021-95-e**.*

*81. Entretanto, entende-se importante **alertar o SLU que, tanto o cumprimento das cláusulas contratuais, quanto a devida aplicação de penalidade às empresas que***

⁵ Peça 127 – e-DOC CD1ACB84

⁶ Peça 141 – e-DOC 0F290F36

⁷ Peça 146 – e-DOC 1F09FE8C



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

infringiram as regras, serão objeto de verificação por parte deste Tribunal quando da realização da mencionado fiscalização.

82. Acerca do item 'III-b-2', da Decisão nº 967/2021, que determinou ao SLU a adoção de medidas para o cumprimento dos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referência dos Contratos, que tratam da **aquisição de contêineres e de caminhões compactadores**, verificou-se que o atraso na conclusão se deu em razão da complexidade da escolha dos locais de instalação dos contêineres.

83. Compreendeu-se que o equívoco, nesse caso, foi o fato de não ter sido feito o mapeamento da instalação dos contêineres antes da realização do certame, para que já fossem indicados, nos Termos de Referência, os locais específicos de instalação dos equipamentos.

84. Desse modo, entende-se que pode se **alertar o SLU** para que, em **contratações futuras** que envolvam instalações de equipamentos cujos locais sejam objeto de debate prévio, a exemplo de contêineres, lixeiras, etc, que isto seja feito anteriormente à abertura dos processos de licitação.

85. Especificamente acerca do cumprimento do deliberado pela Corte no item 'III-b-2' da decisão nº 967/2021, observa-se que, a despeito dos problemas enfrentados, **o SLU está trabalhando no sentido de resolver a situação.**

86. Diante da afirmação da Autarquia, de que a previsão para conclusão das instalações é de setembro de 2021, compreende-se que **pode ser dado o item como parcialmente cumprido**, lembrando que a questão também será objeto de verificação in loco, quando da execução da Auditoria de Conformidade, que está sendo tratada no Processo nº 00600-00000568/2021-95-e.

87. Com relação ao item 'III-b-3' da Decisão nº 967/2021, que determinou ao SLU a adoção de medidas para o cumprimento dos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referência dos Contratos, que tratam da **idade máxima da frota autorizada a prestar o serviço de coleta convencional, determinando a substituição imediata de veículos que não atendam aos padrões contratuais**, a Autarquia afirmou que foi cumprido. Entretanto, dado o **não encaminhamento de documentação comprobatória**, entendeu-se prudente não emitir juízo sobre o atendimento do item neste momento, **deixando para análise quando da execução da Auditoria de Conformidade que está sendo tratada no Processo nº 00600- 00000568/2021-95-e.**" (Grifos acrescidos).

7. Ao final da citada Informação, a 2ª Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade **sugeriu** ao Plenário:

"I. tomar conhecimento:

- a) desta Informação;
- b) das informações prestadas pelo Serviço de Limpeza Urbana – SLU no Ofícios nº 572/2021 - SLU/PRESI/DIRAD (Peça 141) e nos documentos anexos (Peças 129/140);

II. considerar:

- a) **não atendido**, em relação aos Contratos nºs 18 e 24/2019, o item 'III-b-1', da Decisão nº 967/2021;
- b) **parcialmente atendido** o item 'III-b-2' da Decisão nº 967/2021;

III. alertar o Serviço de Limpeza Urbana que:

- a) o efetivo cumprimento dos itens 'III-a', 'III-b-1', 'III-b-2' e 'III-b-3', da Decisão nº 967/2021, será verificado **in loco**, quando da execução da Auditoria de Conformidade que está sendo tratada no Processo nº 00600-00000568/2021-95-e;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

b) a finalização dos processos que apuram infrações às regras contratuais, bem como a devida aplicação de penalidade às empresas que descumpriram o acordado, também serão objeto de exame no mencionado procedimento de fiscalização;
c) em contratações futuras, que envolvam instalações de equipamentos, a exemplo de contêineres, lixeiras, etc, sejam feitos os levantamentos dos locais de implantação previamente à abertura dos processos de licitação, de modo que as indicações já constem nos Termos de Referência;

IV. autorizar:

a) o envio desta Informação, do Voto do Conselheiro Relator e da Decisão que vier a ser adotada ao Serviço de Limpeza Urbana, de forma a facilitar o atendimento aos itens que vierem a ser deliberados;
b) a apensação dos presentes autos ao Processo nº 00600-00000568/2021-95-e, para que seja feito o acompanhamento das questões pendentes;

V. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade - SEGEM, para as providências pertinentes.” (Grifos acrescidos).

8. A manifestação emanada da DIGEM2 contou com a anuência do Secretário de Controle Externo da Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, em conformidade com Despacho exarado em 13/9/2021⁸.

9. Na sequência, o Ministério Público de Contas colacionou ao processo o Ofício nº 1/2021-G4P/DA⁹. No referido expediente, o **Parquet** indicou possíveis atinentes ao **Contrato nº 84/2020**, celebrado entre a TERRACAP e a Corpus Saneamento e Obras Ltda., cujo objeto consistia na execução dos serviços de **implementação de sistema composto por lixeiras subterrâneas (contêineres)** no Setor Noroeste, localidade não abrangida pelos contratos do SLU então vigentes.

10. Em virtude das supostas impropriedades no ajuste, o Órgão Ministerial **requereu a adoção de medida de urgência** no âmbito do TCDF, para que **a TERRACAP se abstinhasse de dar continuidade à execução do Contrato nº 84/2020 e de efetuar qualquer pagamento no âmbito da mencionada avença.**

11. Tendo em conta os fatos trazidos pelo MPC/DF, o Relator do Processo, o i. Conselheiro **Renato Rainha**, assim deliberou por meio do Despacho Singular nº 519/2021-GCRR¹⁰:

“I - tomar conhecimento:

a. do Ofício nº 01/2021-GPDA como Representação, peça 149; e

b. da Informação nº 101/2021-DIGEM2, peça 151;

II - com fulcro no art. 277 do RI/TCDF, conceder a medida cautelar requerida para:

a. determinar à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP que, até ulterior deliberação deste Tribunal, se abstenha de adquirir ou instalar novos contêineres contemplados no Contrato nº 84/2020-Terracap;

b. determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU que, até ulterior deliberação do Tribunal, abstenha-se de firmar aditivos contratuais que

⁸ Peça 147 – e-DOC EB6D4514

⁹ Peça 149 – e-DOC 789981DC

¹⁰ Peça 153 – e-DOC 8EFC13D0



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

importem maior dispêndio com o objetivo de operacionalizar a coleta por meio dos contêineres instalados pela TERRACAP no Setor Habitacional Noroeste.

III - *determinar à Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP e ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal-SLU, com esteio no art. 277, § 4º, do RITCDF, que, no prazo de 10 (dez) dias, manifestem-se sobre o teor do Ofício n. 1/2021-GPDA e encaminhem cópia integral, preferencialmente em meio digital:*

a. de todos os processos administrativos relacionados à matéria, destacadamente os que albergam a Licitação Presencial n. 06/2020- TERRACAP e a execução do Contrato n. 84/2020- Terracap;

b. do processo nº 00111-00002303/2021-98;

c. do processo nº 00094-0004149/2021-62; e

d. dos estudos realizados com vista à operação dos contêineres semienterrados instalados no Setor Habitacional Noroeste, tão logo sejam concluídos.

IV - *conceder à empresa CORPUS Saneamento e Obras Ltda. o prazo de 10 (dez) dias para, querendo, manifestar-se sobre o teor do Ofício n. 1/2021-GPDA;*

V - *autorizar:*

a. o envio de cópia do Ofício n. 1/2021-GPDA, da Informação nº 101/2021-DIGEM2, peça 151, para:

i. a Companhia Imobiliária de Brasília - Terracap;

ii. o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU; e

iii. a empresa CORPUS Saneamento e Obras Ltda.

b. a realização de inspeção, caso se faça necessária.

VI - *restituir os autos à SEGEM para as providências pertinentes.* ” (Grifos acrescidos).

12. A deliberação monocrática proferida pelo i. Relator do processo foi **ratificada** pela **Decisão nº 4.131/2021**¹¹.

13. Assim, em atenção ao deliberado pelo TCDF, a CORPUS Saneamento e Obras Ltda. apresentou manifestação nos autos¹². De igual modo, a TERRACAP procedeu à juntada de esclarecimentos, mediante o Ofício nº 405/2021- TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER¹³.

14. Por sua vez, o SLU remeteu o Ofício nº 1.135/2021 – SLU/PRESI/DIRAD¹⁴, pleiteando **dilação de prazo** para o efetivo cumprimento das determinações objeto do Despacho Singular nº 519/2021-GCRR. O pedido de prorrogação foi acolhido pela **Decisão nº 4.546/2021**¹⁵.

15. Seguindo o iter procedimental aplicável, a comunicação de praxe concernente à Decisão supra foi efetivada pelo Ofício nº 10084/2021-GP¹⁶.

16. Importante mencionar que o MP de Contas enviou o **Ofício nº 1.078/2021-MPC/PG**¹⁷ e **anexos ao i. Relator**, noticiando o recebimento de **denúncias anônimas** dando conta de possível **favorecimento à Sustentare Saneamento S.A.** Em seguida, a teor do Ofício

¹¹ Peça 161 – e-DOC F0809F51

¹² Peça 165 – e-DOC 0D48B668 e anexos

¹³ Peça 183 – e-DOC AB05C4ED e anexos

¹⁴ Peça 203 – e-DOC C8B0E4B6 e anexos

¹⁵ Peça 206 – e-DOC 7CF85335

¹⁶ Peça 207 – e-DOC 2481DB6A

¹⁷ Peça 215 – e-DOC EBB9D3B4



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

nº 1/2022-MPC/PG¹⁸ e anexos¹⁹, foi encaminhada nova denúncia, ratificando o teor do Ofício nº 1.078/2021-MPC/PG.

17. De modo a sanear os autos, nos termos do Ofício nº 20/2022 – SEGEM²⁰, a Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade **solicitou** ao SLU informações sobre a operação dos contêineres semienterrados do Setor Noroeste. Em resposta, a autarquia remeteu o Ofício nºs 343/2022 - SLU/PRESI/DIRAD²¹ e o Ofício nº 386/2022 – SLU/PRESI/DIRAD²² e anexos.

18. Também com o desiderato de melhor instruir o Processo, a SEGEM expediu o Ofício nº 83/2022 – DS/SEGEM²³, requerendo **nova manifestação do SLU**. Em cumprimento à diligência saneadora, a autarquia colacionou aos autos o Ofício nº 684/2022 – SLU/PRESI/DIRAD²⁴ e anexos.

19. A par das informações agregadas ao feito, a Unidade Técnica, por meio da Informação nº 64/2022-SEGEM/DIGEM²⁵, procedeu ao exame das manifestações encaminhadas pela TERRACAP, pelo SLU e pela Corpus Saneamento e Obras Ltda., no que alude aos fatos indicados no Ofício nº 1/2021 – G4P/DA, concluindo o exame realizado no referido documento técnico nos seguintes termos:

“VI – Conclusão

81. De acordo com as informações prestadas, entende-se que é justa a decisão da Terracap de instalar os contêineres subterrâneos para coleta de lixo no Setor Noroeste, cumprindo compromissos assumidos perante seus clientes.

82. Embora se constate um certo grau de desorganização nas tratativas entre Terracap e SLU/DF acerca da instalação dos contêineres no Setor Noroeste, entende-se que não havia, naquele momento, histórico de utilização suficiente que permitisse assegurar a superioridade dos equipamentos atualmente utilizados pelo SLU/DF, principalmente em relação à eficiência e durabilidade.

83. Apurou-se que o tempo total necessário para coleta de cada contêiner instalado no Setor Noroeste (3 minutos e 28 segundos) é inferior ao tempo médio de coleta dos equipamentos instalados pelo SLU/DF em outras regiões do DF, estimado em 5 minutos.

84. O custo individual de cada contêiner semienterrado instalado no Setor Noroeste totalizou R\$ 31.959,46, valor inferior ao apontado pelo MPC no Ofício nº 1/2021-G4PD/A (R\$ 79.000,00), e ao custo unitário dos equipamentos adquiridos pelo SLU/DF no Contrato nº 18/2019-SLU (R\$ 35.000,00).

85. Por fim, constatou-se que o valor estimado pelo SLU/DF para o aditamento do contrato de coleta possui baixa materialidade (R\$ 19.910,11/mês), representando um incremento de 0,14% nos custos mensais.

¹⁸ Peça 247 – e-DOC 533822F6

¹⁹ Peças 245 – e-DOC 65EDD363 e 246 - e-DOC B99BD770

²⁰ Peça 250 – e-DOC 52B46B8D

²¹ Peça 261 – e-DOC 79A6115D

²² Peça 267 – e-DOC 66587EB1

²³ Peça 268 – e-DOC 9AC7C281

²⁴ Peça 277 – e-DOC 636AE29D

²⁵ Peça 278 – e-DOC 1F28815D



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

86. Considerando que a maior parte dos custos adicionais para operacionalização da coleta dos contêineres no Setor Noroeste decorre da **adaptação dos caminhões coletores**, sugere-se que, **caso o Tribunal decida por revogar a cautelar**, o que permitiria a aditivção do contrato de coleta, **seja determinado ao SLU que realize nova pesquisa de preços para a adaptação dos caminhões coletores**, com o objetivo de ampliar o número de orçamentos, e melhorar as condições para se alcançar a proposta mais vantajosa.

87. Registre-se, finalmente, após o exame da representação trazida ao conhecimento desta Corte, **a necessidade de seguir o exame dos autos**, notadamente da Informação nº 65/2021-DIGEM2 (peça 146) e as proposições dela constante.” (Grifos no original e acrescidos).

20. Nessa esteira, a DIGEM2 sugeriu ao Plenário:

“I. tomar conhecimento:

a) da manifestação da:

a.1) Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap (peça 222 e respectivos anexos);

a.2) do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU (peça 235 e seus anexos);

a.3) empresa Corpus Saneamento e Obras Ltda. (peça 165 e anexos de peças 163/164);

b) desta Informação;

II. considerar atendido o Despacho Singular nº 519/2021-GCRR, referendado pela Decisão nº 4131/2021;

III. revogar a medida cautelar concedida conforme item II da Decisão nº 4131/2021;

IV. determinar o SLU/DF que, na hipótese de firmar aditivo contratual para operacionalização dos contêineres semienterrados instalados no Setor Noroeste, realize nova pesquisa de preços para o serviço de adaptação dos caminhões coletores, de modo a ampliar o número de orçamentos;

V. autorizar:

a) o encaminhamento de cópia da Decisão que vier a ser proferida à Terracap, ao SLU/DF, à empresa Corpus Saneamento e Obras Ltda. e ao autor da Representação, para conhecimento;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, para continuidade do exame dos autos.” (Grifos acrescidos).

21. Anterior ao envio dos autos ao Ministério Público de Contas, o exame contido na Informação nº 64/2022-DIGEM2 foi acolhido integralmente pelo Secretário de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade²⁶.

22. Ato contínuo, em cumprimento ao Despacho Singular nº 368/2022-GCRR²⁷, os autos foram encaminhados ao Órgão Ministerial de Contas para manifestação.

23. **Feito o relatório, o MPC/DF passa à análise do processo.**

²⁶ Peça 279 – e-DOC 7813DED7

²⁷ Peça 280 – e-DOC 096CA766



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

24. De início, este Órgão Ministerial salienta que a presente etapa processual cuida da análise das informações prestadas pela SLU em cumprimento à **Decisão nº 967/2021**²⁸.

25. Outrossim, cuida-se do exame dos esclarecimentos prestados pela TERRACAP, pelo SLU e pela Corpus Saneamento e Obras Ltda. em atenção ao deliberado pelo TCDF na Decisão nº 4.131/2021²⁹, bem como do **mérito da Representação** consubstanciada no Ofício nº 1/2021-G4P/DA.

26. Oportuno anotar, no que alude às diligências a serem apreciadas no presente giro processual, que, por meio do **item III da Decisão nº 967/2021**, a Corte de Contas **determinou** ao SLU:

*“a) que adote **medidas urgentes para aprovação dos Planos de Varrição Manual** referentes aos Contratos nºs 18/2019 e 24/2019, firmados com a Sustentare Saneamento S.A. e Consita Tratamento de Resíduos S.A., respectivamente;*
*b) que tome providências imediatas para o **cumprimento dos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referência dos Contratos**, que tratam da:*
b.1) utilização de veículos em conformidade com o especificado, substituindo aqueles reprovados nas vistorias periódicas;
b.2) aquisição de contêineres e de caminhões compactadores;
b.3) idade máxima da frota autorizada a prestar o serviço de coleta convencional, determinando a substituição imediata de veículos que não atendam aos padrões contratuais;
*c) que encaminhe à Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, os **resultados das medidas adotadas** para cumprimento dos itens ‘III-a’ e ‘III-b’ retro;”* (Grifos acrescidos).

27. Afora as determinações acima, a Corte, em conformidade com o **item IV da Decisão nº 967/2021**, alertou o SLU:

*“a) para o **efetivo cumprimento** do deliberado no item ‘II-c’ da Decisão nº 1.808/2019, assim que a questão da pandemia do Coronavírus for superada, bem como para a necessidade da **conclusão dos processos administrativos das apurações por descumprimento contratuais**, logo após a revogação do estado de calamidade pública no Distrito Federal, já que os temas serão objeto de verificação por parte deste Tribunal em sede de monitoramento, a ser realizado em momento oportuno;*
b) de que o não atendimento de decisão desta Corte, no prazo fixado, sem causa justificada, sujeita o infrator à multa prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94, c/c o art. 272, inciso VII do RI/TCDF;”

28. Ainda quanto às questões que exsurgem nesta etapa processual, registre-se que o Tribunal, nos termos da **Decisão nº 4.131/2021**, abriu prazo para juntada de manifestação da TERRACAP, do SLU e da sociedade empresária interessada no tocante ao teor do Ofício nº 1/2021-G4P/DA.

29. Além disso, o Tribunal requereu a remessa de cópia integral: de todos os processos administrativos relacionados à matéria, destacadamente os que albergam a Licitação

²⁸ Peça 126 – e-DOC E88273BF

²⁹ Peça 161 – e-DOC F0809F51



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Presencial nº 06/2020-TERRACAP e a execução do Contrato nº 84/2020-Terracap; do Processo nº 00111-00002303/2021-98; do Processo nº 00094-0004149/2021-62; e dos estudos realizados com vistas à operação dos **contêineres semienterrados** instalados no Setor Habitacional Noroeste, tão logo fossem concluídos.

30. A respeito das diligências a serem analisadas no atual estágio de desenvolvimento do feito, especificamente no que tange ao cumprimento da Decisão nº 967/2021, impende transcrever excertos da Informação nº 65/2021-SEGEM/DIGEM2, seguidos da correspondente manifestação do MPC/DF:

Informação nº 65/2021 – SEGEM/DIGEM2

II. III – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal: a) que adote medidas urgentes para aprovação dos Planos de Varrição Manual referentes aos Contratos nºs 18/2019 e 24/2019, firmados com a Sustentare Saneamento S.A. e Consita Tratamento de Resíduos S.A., respectivamente.

“II.a – Manifestação do SLU

9. Sobre esse item, o SLU prestou as seguintes informações:

(...)

Preliminarmente, tendo em vista o exposto no Despacho - SLU/PRESI/COMEX - 18 (62400424) e o Item III - A da Decisão nº 967/2021, é visto que a Comissão Executiva do Contrato nº 18/2019 evidencia que **o plano de varrição manual do Contrato foi aprovado**, conforme Ofício Nº 89/2021 - SLU/PRESI/COMEX-18 (60588818, CRC 7D516BC0).

(...)

Preliminarmente, tendo em vista o exposto no Despacho - SLU/PRESI/COMEX (62316736) e o Item III - A da Decisão nº 967/2021, é visto que a Comissão Executiva do Contrato nº 24/2019 evidencia que **o plano de varrição manual do Contrato foi aprovado**, conforme Ofício Nº 73/2021 - SLU/PRESI/COMEX-24 (60599501, CRC 4D99FDC7).

(...).

II.b – Análise do Corpo Técnico

10. Observa-se que, em sua resposta, o Serviço de Limpeza Urbana asseverou que ***foram aprovados os dois Planos de Varrição Manual mencionados no item em exame.***

11. ***Não se encaminhou, entretanto, os Ofícios nºs 89/2021 - SLU/PRESI/COMEX-18 e 73/2021 - SLU/PRESI/COMEX-24, citados na manifestação do Órgão.***

12. Assim, entende-se prudente não emitir juízo sobre o atendimento do item neste momento, deixando para análise quando da verificação ***in loco***, em momento oportuno.

13. Ressalta-se, inclusive, que este ***acompanhamento foi previsto para ser feito, na forma de Monitoramento***, no item IV.a da Decisão nº 967/2021.

14. Ocorre que, no ***Plano Geral de Ação para o exercício de 2021***, aprovado pela Decisão nº 4.918/2020, consta uma ***Auditoria de Conformidade***, cujo objeto é avaliar os ***contratos de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos; operação das unidades de transbordo e serviços complementares do Serviço de Limpeza Urbana – SLU.***

15. Salienta-se que os trabalhos da referida fiscalização já foram iniciados, tendo sido instaurado o ***Processo nº 00600-00000568/2021-95-e*** para a execução da tarefa.

16. Diante disso, com a intenção de se evitar a duplicidade de esforços, compreende-se que ***os presentes autos podem ser apensados ao mencionando processo de auditoria, para que as questões aqui tratadas possam ser verificadas naquela fiscalização.***”
(Grifos acrescidos).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

31. Para o MPC/DF, a aferição da matéria no bojo da auditoria objeto do Processo nº 00600-0000568/2021-98-e **não afasta**, por si só, a possibilidade de emissão de opinião conclusiva do TCDF quanto ao cumprimento ou não da determinação indicada no **item III.a** da Decisão nº 967/2021, máxime em face do estágio avançado de desenvolvimento da ação de controle objeto dos autos em epígrafe.

32. Ao abrigo das informações agregadas ao feito, inclusive das indicações dos **códigos verificadores** e de **conferência de autenticidade do SEI**, os quais permitem a visualização de peças no referido sistema governamental, **o TCDF se encontra munido de subsídios suficientes para aferir os procedimentos levados a efeito para a aprovação dos planos de varrição manual concernentes aos Contratos nº 18/2019 e 24/2019.**

33. Pois bem. Quanto ao item em análise, consta de despacho emitido pela Comissão de Executores do Contrato nº 19/2019 que o **plano de varrição manual da avença** foi **aprovado**, nos termos do Despacho - SLU/PRESI/DITEC (47045023, CRC 5559D1B4) e do Ofício Nº 139/2020 - SLU/PRESI/DILUR/GEOES (47136383, CRC 0000F0BC).

34. Ao perquirir os expedientes referenciados no sistema SEI, o **Parquet** de Contas observou que, de fato, a Diretoria Técnica do SLU **anuiu** com o **Plano de Varrição Manual e Mecanizada** concernente ao **Contrato nº 19/2019**, de acordo com o especificado no Ofício nº 139/2020 – SLU/PRESI/DILUR/GEOS. A propósito, os termos do aludido documento:

Ofício Nº 139/2020 - SLU/PRESI/DILUR/GEOES

Brasília-DF, 15 de setembro de 2020.

À SUSTENTARE SANEAMENTO S/A,
Senhora Superintendente,

A Comissão de Executores do Contrato nº 19/2019 (34522484), instituída pela Ordem de Serviço nº 75 (33713835), publicada no Boletim Administrativo nº 26, pág. 2, de 06 de janeiro de 2020, alterada pela Ordem de Serviço nº 47 (41737858), publicada no Boletim Administrativo nº 23, de 18 de junho de 2020, alterada pela Ordem de Serviço nº 60 (44822151), publicada no Boletim Administrativo nº 28, de 05 de agosto de 2020, encaminha o Despacho SLU/PRESI/DITEC (47045023) o qual informa referente à análise dos planos de varrição Manual e Mecanizada do Lote II apresentados no Ofício 226/2020 (44826872) in verbis:

A Diretoria de Limpeza Urbana,

Encaminhamos para conhecimento o Despacho - SLU/PRESI/DITEC (46468892), o qual informa referente à análise dos planos de varrição Manual e Mecanizada do Lote II apresentados no Ofício 226/2020 (44826872).

VARRIÇÃO MANUAL

O Plano apresentado é o mesmo que fora aprovado por este Núcleo de Geoprocessamento/DITEC no Despacho SLU/PRESI/DITEC 42528716. Portanto, **mantemos a aprovação e já demos carga no Sistema de Monitoramento (SIMLUR).**

VARRIÇÃO MECANIZADA

Destacamos que o Ofício 226/2020 (44826872) apresenta apenas o WebMapa do Plano de Varrição Mecanizada. Em contato com a CONTRATADA, verificou-se que este WebMapa refere-se ao Plano apresentado no Ofício 134/2020 (39566364). A seguir, apresentamos nossa análise do arquivo vetorial (.gdb) do Plano.

O arquivo vetorial apresentado está dentro do que foi solicitado por esta DITEC. A quilometragem de aproximadamente **2.700 km/mês** está muito próxima dos 2.733 km/mês solicitados no Termo de Referência (10779000). A topologia do arquivo está dentro dos parâmetros solicitados na Nota Técnica 32 (28072993).

Pequenos ajuste nas nomenclaturas dos campos "Lote" e "Tipo de Equipamento" foram realizados nas tabelas de atributos dos arquivos para adequá-los a Nota Técnica 32. Com isso, ficaram os nomes corretos "VE02" e "Varredeira mecânica de grande porte" respectivamente. Sobre esta última correção, informamos que o preenchimento do campo "Tipo de Equipamento" no arquivo vetorial (.gdb) estava equivocado, pois informava que o serviço era realizado por "Varredeira mecânica de pequeno porte", apesar de não haver previsão contratual para isso. Em contato com a contratada nos foi informado que era apenas um erro de preenchimento, versão corroborada pelo Descritivo Operacional entregue no Ofício 226/2020 (44826872), o qual detalha que o serviço de varrição mecanizada é realizado por varredeira de 6m² (grande porte). Portanto, realizamos a correção do erro de tabela sem maiores problemas.

Por fim, realizamos a quebra das **197 linhas** do arquivo vetorial em tamanhos menores, resultando em **1.940 trechos de sarjeta** ao final do processo. O objetivo desse trabalho foi melhorar o monitoramento do serviço, possibilitando que trechos menores das vias possam ser observados e quantificados individualmente.

O Plano apresentado está de acordo com nossas solicitações. Portanto, **aprovamos e já demos carga no Sistema de Monitoramento (SIMLUR).**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

35. Relativamente ao Contrato nº 24/2019, com espeque nas informações extraídas do Ofício nº 73/2021 – SLU/PRESI/COMEX-24 (60599501, CRC 4D99FDC7), observa-se que os planos apresentados pela contratada **estavam em fase final de análise pela Comissão de Executores do ajuste**, para inserção no Sistema de Monitoramento. Veja-se o consignado no Ofício elaborado pela Comissão Executora:

Ofício Nº 73/2021 - SLU/PRESI/COMEX-24

Brasília-DF, 26 de abril de 2021.

Assunto: Início da Operação 2021

Senhor Diretor,

A Comissão de Executores do Contrato nº 24/2019, nomeada de acordo com a Ordem de serviço nº 11 (55738039) de 08 de fevereiro de 2021, publicada no Boletim Administrativo do SLU nº 05 (56475495) de 22 de fevereiro de 2021, encaminha à empresa SUMA BRASIL o presente documento, que tem como objetivo informar a data para início da execução dos serviços de acordo com o LIMITE DOS LOTES que foi decidido em Ata (51181070).

Portanto, **fica definida a data 03 de Maio de 2021 (segunda-feira) para o início da operação** conforme os limites do Link: <https://sigportal.slu.df.gov.br/arcgis/home/webmap/viewer.html?webmap=eaaee73d6e3940dab9399a01c7d27414&extent=-48.2996,-16.0308,-47.2855,-15.522>.

Os Planos apresentados pela CONTRATADA, conforme Ofício nº 78/2021 (56965346), Ofício nº 113/2021 (59192366) e Ofício nº 86/2021 (57189630), estão em fase final de análise - e inserção no Sistema de Monitoramento - pelo Núcleo de Geoprocessamento desta Comissão Executora. A partir do mês de Maio **é imprescindível que todos os veículos estejam com os sinais de GPS enviando dados, já que o Sistema de Monitoramento estará em funcionamento.**

Observação: informa-se que a primeira semana de Maio (03 a 09/05) será a nossa SEMANA 1 de operação. Portanto, iniciaremos o monitoramento pelos circuitos Semanais (padrão) e pelos Quinzenais/Mensais preenchidos com a FLAG SEMANA 1.

36. Dessa sorte, com suporte nas informações disponibilizadas pela entidade, aos olhos do MPC/DF, pode o Tribunal **considerar satisfatoriamente atendido** o item III.a da Decisão nº 967/2021, ante a **demonstração de que a entidade distrital envidou esforços para aprovação dos Planos de Varrição Manual referentes aos Contratos nºs 18/2019 e 24/2019**, firmados com a Sustentare Saneamento S.A. e com a Consita Tratamento de Resíduos S.A., respectivamente.

37. Por óbvio, pronunciamento nesse sentido **não afasta** a possibilidade de monitoramento da matéria no bojo da **Auditoria de Conformidade** objeto do Processo nº 00600-00000568/2021-95-e, deflagrada em conformidade com a **Decisão nº 4.918/2020**, para avaliação dos **contratos de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, varrição manual e mecanizada de vias e logradouros públicos; operação das unidades de transbordo e serviços complementares do SLU.**

III. III – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal: (...) b) que tome providências imediatas para o cumprimento dos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referência dos Contratos, que tratam da: b.1) utilização de veículos em conformidade com o especificado, substituindo aqueles reprovados nas vistorias periódicas.

“III.a – Manifestação do SLU

17. Acerca desse ponto, consta dos documentos encaminhados pelo SLU, manifestação das Comissões Executoras de cada um dos três contratos em exame.

18. Sobre o Contrato nº 18/2019, informou-se:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Esta Comissão Executora lista, em ordem cronológica, as providências tomadas a respeito das irregularidades constatadas em relação aos veículos que prestam os serviços elencados no Contrato nº 18/2019:

- **Vistoria veicular inicial** (04 a 10 de setembro de 2019): foi emitido o Memorando SEI-GDF Nº 191/2019 - SLU/PRESI/DILUR (28239483, CRC 1EBBB456), no qual foi evidenciada a pendência de apresentação do quantitativo total estabelecido no Projeto Básico, bem como foi apontada **a irregularidade em relação à idade de alguns dos veículos vistoriados**.
- **Segunda vistoria veicular** (05 e 06 de outubro de 2019): foi emitido o Memorando SEI-GDF Nº 202/2019 - SLU/PRESI/DILUR (29488504, CRC 6B5BE96E), por meio do qual foi demonstrado que, novamente, a empresa não apresentava a totalidade dos equipamentos exigidos e que **alguns não se encontravam em conformidade com a idade máxima permitida contratualmente de 5 (cinco) anos**. Por intermédio do Ofício SEI-GDF Nº 248/2019 - SLU/PRESI/DIRAD (29209063, CRC BC45CF32), a Diretoria Adjunta deste SLU concedeu a autorização de uso dos equipamentos e veículos buscando dar continuidade à prestação dos serviços, estabelecendo um **prazo máximo de 60 (sessenta) dias para que a contratada se adequasse a todas as especificações do Contrato nº 18/2019**.
- **Processo para apuração de irregularidade contratual - quantitativo insuficiente de veículos**: em virtude da morosidade na apresentação da totalidade de veículos e equipamentos requeridos contratualmente, foi instaurado **Processo (00094-00005220/2019-18) para apuração de irregularidade contratual**.
- **Terceira vistoria veicular** (14 de dezembro de 2019): em virtude da sucumbência do prazo de 60 dias concedido no Ofício SEI-GDF Nº 248/2019 - SLU/PRESI/DIRAD (29209063, CRC BC45CF32), foi realizada nova vistoria, tendo como produto o **Relatório SEI-GDF n.º 1/2019 - SLU/PRESI/DILUR/GENOR** (33398877, CRC B76FC235), que constatou a existência e pendências no tocante às especificações quantitativas e qualitativas do contrato.
- **Notificação a respeito das irregularidades - janeiro de 2020**: por meio do Ofício Nº 17/2020 - SLU/PRESI/DILUR/GENOR (34508117, CRC 76D34244), encaminhado para a empresa no dia 24 de janeiro de 2020, esta Comissão apresentou sua análise acerca dos levantamentos realizados durante a vistoria veicular de 14 de dezembro de 2019, **solicitando a regularização, sob pena de aplicação das sanções e penalidades cabíveis**.
- **Processo para apuração de irregularidade contratual - inconformidades**: foi instaurado o **Processo (00094- 00000251/2020-16)**, em face da apresentação de **veículos com idade superior à máxima estabelecida e de veículos utilitários leves com motor com potência inferior ao especificado**.
- **Suspensão das vistorias veiculares**: em virtude da decretação de Pandemia do Novo Coronavírus (Covid-19) pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a ocorrência de vistorias veiculares trimestrais ficou prejudicada, face ao seu potencial de contaminação, decisão que foi posteriormente confirmada por esse Tribunal, conforme Decisão 967/2021 (58736743 *). Assim, seguem sendo realizadas apenas as vistorias extraordinárias, com vistas a regularizar a frota, no que tange às irregularidades anteriormente identificadas.
- **Notificação - maio de 2020**: foi enviado o Ofício Nº 107/2020 - SLU/PRESI/DILUR/GENOR (40279108, CRC C2696AFD), de 21 de maio de 2020, que reiterou o teor do Ofício Nº 17/2020 - SLU/PRESI/DILUR/GENOR (34508117, CRC 76D34244), de 24 de janeiro de 2020, o qual **alerta sobre o uso de veículos com idade acima da máxima permitida contratualmente**.
- **Notificação - abril de 2021**: ao constatar em lista atualizada de veículos enviada pela empresa via Ofício CE.VA 274/2021 (59794257 *), de 13 de abril de 2021, que alguns dos veículos apresentam notas fiscais emitidas no ano de 2016, estando, portanto, **próximos ao final da vida útil estipulada contratualmente**, e que alguns veículos **utilitários leves listados não atendiam à especificação técnica quanto à potência do motor**, foi enviado o Ofício Nº 83/2021 - SLU/PRESI/COMEX-18 (60152988, CRC 7A3A5C52), de 19 de abril de 2021, **sugerindo a substituição de tais equipamento**. Foi solicitado, ainda, o envio dos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

QUARTA PROCURADORIA

*Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV's) de todos os veículos. Em resposta, a empresa remeteu o Ofício CE.VA 311/2021 (60830781 *), de 28 de abril de 2021, contendo lista atualizada, demonstrando ter regularizado a situação no que se refere ao motor da frota auxiliar.*

• **Notificação - maio de 2021:** esta Comissão Executora, em análise efetuada de lista atualizada de veículos (61048460*) e as informações relativas aos respectivos Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), identificou **algumas irregularidades referentes às especificações técnicas exigidas contratualmente**, especificamente no que se refere ao Peso Bruto Total (PBT) e à potência exigidas. A empresa foi notificada a respeito da necessidade de se efetuar as devidas adequações, por meio do Ofício Nº 120/2021 - SLU/PRESI/COMEX-18 (62289621, CRC F37A3B06). Caso a situação não seja prontamente regularizada, será **instaurado processo de apuração de irregularidade contratual**, bem como serão efetuadas as tratativas internas necessárias para **possibilitar o ressarcimento do dano causado ao erário**, caso tal prejuízo seja confirmado. Contudo, destaca-se que tal fato não vem impactando na qualidade dos serviços prestados, mas que serão adotadas as medidas cabíveis dentro desta Autarquia para que seja regularizada a situação.

19. Os esclarecimentos quanto ao **Contrato nº 19/2019** foram os seguintes:

Atualmente **os veículos apresentados pela contratada obedecem aos padrões contratuais**, incluindo o item que trata da idade máxima da frota autorizada a prestar serviços a esta Autarquia. (41442070*)

20. Em relação ao **Contrato nº 24/2019**, a Comissão Executora manifestou-se:

A empresa **Suma Brasil** apresentou dificuldades em organizar a sua frota no início da execução contratual. Por meio do Ofício EC/BSB 179/2019 (37277058*), fez, então, uma proposta provisória para que fosse dado início ao serviço. Devido a este fato, o então **Diretor Presidente do SLU autorizou que a contratada operasse sem estar totalmente adequada às exigências do Termo de Referência** (29217037, CRC C5AE91D8) por até sessenta dias, como consta no Ofício SEI-GDF nº 1649/2019 - SLU/PRESI (37277121, CRC 456009F9) com o objetivo de 'dar continuidade aos serviços do Lote 3' no início da execução do contrato. A contagem do prazo se deu **a partir da assinatura do Contrato nº 24/2019, que aconteceu no dia 20/09/2019**. Assim sendo, findou-se o prazo para adequações no dia **19/11/2019**.

Alguns veículos apresentados pela empresa no Ofício EC/BSB 011/2019 (37277231*), protocolado pela contratada no dia 26/11/2019, **não se adequavam às especificações previstas no Termo de Referência** (29217037, CRC C5AE91D8) em relação à idade e, por isso, foi aberto o **processo de apuração de responsabilidade de número 00094-00001645/2020-83** com o Memorando Nº 13/2020 - SLU/PRESI/DILUR/GESUL (37273061, CRC 7043E8D5), ainda em tramitação. **Atualmente, a empresa contratada não possui, em sua frota, veículos que descumpram este item**, conforme Lista de veículos - SUMA BRASIL (62369991).

Posteriormente, esta comissão identificou algumas **divergências técnicas entre os veículos e equipamentos em operação e os apresentados na Proposta de Preço** (28659818*) da SUMA BRASIL, em especial no tocante aos **chassis e às potências**. Naquele momento, devido ao não atendimento dos prazos para resposta dos ofícios encaminhados por esta comissão, conforme quadro 1, foi aberto o **processo de apuração de responsabilidade de número 00094-00003956/2020-87** com o Memorando Nº 45/2020 - SLU/PRESI/DILUR/GESUL (42603836, CRC 8C113AD4), ainda em tramitação.

Quadro 1: comunicação da comissão executora e empresa SUMA BRASIL

Documentos enviados pela comissão executora			Documentos enviados pela contratada	
Número do ofício (SLU/PRESI/DILUR/GESUL)	Data de envio da correspondência eletrônica	Prazo para resposta	Número do ofício	Data de envio



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Nº 128/2020 (40185631, CRC C7F944F8)	21 de maio de 2020	5 dias	nº 237/2020 (40849985*)	26 de maio de 2020
Nº 143/2020 (40688407, CRC 3EE8B9E1)	25 de maio de 2020	Prazo do ofício Nº 128/2020	-	-
Nº 150/2020 (40924317, CRC 773F9DBB)	01 de junho de 2020	3 dias	nº 254/2020 (41336000*)	04 de junho de 2020
Nº 160/2020 (41400810, CRC 3A4E3C70)	08 de junho de 2020	15 dias	-	-
Nº 180/2020 (42318315, CRC 38294067)	24 de junho de 2020	24 horas	-	-

Por meio do Ofício nº 308/2020 (42903918*), a empresa Suma apresentou contraposição aos documentos encaminhados por esta autarquia, **alegando que a solicitação do adimplemento dos itens do Edital seria vinculação a marca, modelo e/ou outras características dos veículos**. Este não era o pleito desta comissão, que apresentou à empresa a possibilidade desta estar incorrendo em descumprimento contratual.

Neste momento, foi solicitado amparo jurídico à Procuradoria Jurídica (PROJU) desta autarquia sobre qual seria a maneira correta a proceder diante da solicitação. No Despacho - SLU/PRESI/PROJU (43347447, CRC 05EC2937), **a PROJU reconheceu o descumprimento contratual efetuado pela contratada em relação às divergências entre as especificações dos veículos apresentados e da sua proposta** e sugeriu a esta comissão o encaminhamento dos autos à Comissão Permanente de Sanções Administrativas deste SLU com todos os elementos técnicos e fáticos visando a subsidiar uma **possível aplicação de sanção à empresa por descumprimento contratual**, observando-se o direito ao contraditório e ampla defesa caso fosse constatado de fato o eventual descumprimento contratual, sendo silente em relação à pertinência de aplicação de glosa.

Acatando a sugestão, essa comissão elaborou o Memorando Nº 52/2020 - SLU/PRESI/DILUR/GESUL (43919072, CRC A8BDFB37), nos autos do **processo de apuração de irregularidade 00094-00004332/2020-87**. Foi elaborado, ainda, o Despacho - SLU/PRESI/DILUR/GESUL (47041304, CRC 10200CB0), solicitando manifestação do então Diretor Presidente e demais diretorias quanto à **pertinência de aplicação de glosa**, já que a tomada de tal decisão extrapolaria as competências da comissão executora. Não foi elaborado nenhum documento posterior a este por nenhuma autoridade desta autarquia em resposta ao questionamento realizado.

Posteriormente, a contratada apresentou, no Ofício nº 42/2021 (55239859*), proposta de aditivo contratual que incluía a mudança das especificações dos veículos para aquelas dos veículos apresentados assim com seus referentes valores de aquisição. Diante da situação, foi feito um novo questionamento à PROJU sobre a pertinência da aceitação da proposta da contratada. A PROJU se manifestou por meio do Despacho - SLU/PRESI/PROJU (57167978, CRC D528E1A6) alegando que caberia manifestação da comissão executora sobre atendimento de requisitos retirados do Parecer nº 1.540/2012 - PROCAD/PGDF.

Concomitantemente, foi exarada a Decisão nº 967/2021 (60284173*) do egrégio Tribunal solicitando a esta autarquia que **utilizasse veículos em conformidade com o especificado nos documentos que embasaram o certame**. Em decorrência desta decisão, foi elaborado o Despacho - SLU/PRESI/COMEX-24 (60284213, CRC B4618D0F) solicitando uma vez mais pronunciamento da PROJU e Diretoria Adjunta sobre a situação dos veículos apresentados pela contratada. A PROJU solicitou à comissão, então, que se manifestasse tecnicamente sobre os veículos apresentados, além de questionar sobre o atendimento de requisitos indicados no Parecer Jurídico nº 1.540/2012 - PROCAD/PGDF.

Esta comissão elaborou o Despacho - SLU/PRESI/COMEX-24 (61824570) com análise técnica detalhada sobre cada veículo que apresentava características divergentes do previsto em edital. Com o acompanhamento operacional dos fiscais do SLU, a análise de dados de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

pesagem do Sistema de gestão integrada (SGI) e registros fotográficos, **esta comissão não identificou comprometimento da prestação dos serviços**. Além disso, foi identificada redução no valor mensal do contrato, assegurando assim o atendimento ao interesse público e à economicidade. Foi questionada, novamente, a **pertinência de aplicação de glosa retroativa**. Este documento foi encaminhado à PROJU para análise jurídica e avaliação da pertinência da realização do termo aditivo ao contrato nº 24/2019. Aguardamos manifestação da área para prosseguimento das tratativas.

III.b – Análise do Corpo Técnico

21. Para melhor entendimento, faz-se a análise dos esclarecimentos prestados de forma separada, por contrato, assim como apresentado pela Autarquia.

Contrato nº 18/2019

22. Inicialmente, destaca-se que o referido contrato foi firmado com a **Empresa Valor Ambiental Ltda.**

23. Da análise dos esclarecimentos prestados pelo Serviço de Limpeza Urbana sobre o Contrato nº 18/2019 (vide transcrição no parágrafo 18 desta Informação), destaca-se, inicialmente, que a **maioria das informações são anteriores à Decisão nº 967/2021**, em exame nesta fase processual. Desse modo, já eram de conhecimento desta Corte antes da referida deliberação, conforme explicitado na Informação nº 98/2020 – DIGEM2.

24. Como fato novo, apresentou-se somente a informação sobre **realização de vistorias em abril e maio de 2021**, nas quais se observou a ocorrência de **descumprimento contratual** no que se refere à potência dos veículos que estavam prestando serviços.

25. Quanto a vistoria realizada em abril, informou-se que a **Contratada teria regularizado a situação**. Entretanto, o mesmo não ocorreu acerca do observado na fiscalização de maio, tendo o SLU afirmado que, caso não fosse resolvida a questão, se abriria **processo de apuração de responsabilidade para aplicação de sanção**.

26. Ressalta-se que, já na fase processual anterior, havia se informado sobre a **abertura dos Processos nºs 00094-00005220/2019-18 e 00094- 00000251/2020-16**, para **apuração de responsabilidades e possível aplicação de penalidades** pelo descumprimento contratual por parte da Valor Ambiental, sendo que, em razão da edição da **Lei Complementar nº 967/2020**, foram suspensos os prazos dos processos administrativos instaurados para apuração de responsabilidades durante o período da pandemia do Covid19. Afirmou-se, na oportunidade, que tão logo passe o estado de calamidade pública, se dará prosseguimento aos procedimentos instaurados.

27. Salienta-se que esse tema também foi tratado na fase processual anterior, quando se entendeu ser **inadmissível que, tendo passado mais de ano do início da execução, o SLU não consiga impor ao contratado o cumprimento de suas obrigações legais**. E até em razão disso foi prolatada a deliberação ora em exame.

28. Ocorre que, de acordo com a manifestação da Autarquia, **o problema persiste**.

29. Entende-se que a edição da Lei Complementar nº 967/2020, na prática, impede a finalização dos processos de apuração de responsabilidade por descumprimento contratual por parte das empresas contratadas.

30. Como ainda permanece o estado de calamidade provocado pela COVID19 e, consequentemente, vigente a já mencionada lei, **é fundamental que o SLU instaure quantos processos forem necessários** para que sejam aplicadas as penalidades previstas na legislação, agindo com austeridade principalmente no caso de reincidências, de forma a inibir novas ocorrências da espécie.

31. Diante do exposto, entende-se que, a despeito de não estar implementada a determinação da Corte, a ocorrência, neste momento, pode ser relevada, **devendo ser avaliada quando da execução da Auditoria de Conformidade que está sendo tratada no Processo nº 00600-00000568/2021-95- e**, conforme explicitado nos parágrafos 14 a 16 desta Informação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

32. Entretanto, entende-se importante **alertar** o SLU que, tanto o **cumprimento das cláusulas contratuais, quanto a devida aplicação de penalidade às empresas que não o fizerem, serão objeto de verificação por parte deste Tribunal quando da realização da mencionada auditoria.**

Contrato nº 19/2019

33. O contrato em questão foi firmado com a **Empresa Sustentare Saneamento S/A.**

34. De acordo com afirmação da Comissão Executora (vide transcrição no parágrafo 19 desta Informação), **a Sustentare está cumprindo integralmente o acordado.**

35. Assim, quanto ao presente ajuste, **pode se considerar atendido o deliberado**, lembrando que a questão também será objeto de verificação quando da realização da Auditoria de Conformidade tratada no Processo nº 00600- 00000568/2021-95-e.

Contrato nº 24/2019

36. O referido contrato foi firmado com a **Consita Tratamento de Resíduos S/A, Empresa do Grupo Suma Brasil.**

37. Da análise da manifestação do SLU (vide transcrição no parágrafo 20 desta Informação), destaca-se que, assim como no caso do Contrato nº 18/2019, a maioria das informações são anteriores à Decisão nº 967/2021, em exame nesta fase processual. Desse modo, já eram de conhecimento desta Corte antes da referida deliberação, conforme explicitado na Informação nº 98/2020 – DIGEM2.

38. Observou-se como fato novo somente a informação de uma **proposta da Contratada para que fosse feito um aditivo contratual**, com adequações acerca das especificações dos veículos. Afirmou-se que, após a Procuradoria Jurídica ter encaminhado a questão para Comissão Executora do contrato, que asseverou **não ter identificado comprometimento aos serviços**, o documento foi devolvido à PROJU para manifestação sobre o pedido da Contratada. Ressalta-se a informação de que ainda se aguarda a manifestação da área jurídica do Órgão.

39. Salienta-se que, da avaliação dos esclarecimentos da Autarquia, depreende-se que, assim como no Contrato nº 18/2019, **persistem os problemas também no Ajuste nº 24/2019.**

40. Destaca-se que na fase processual anterior, havia se informado sobre a **abertura dos Processos nºs 00094-00001507/2020-02, 00094-00001645/2020- 83, 00094-00001649/2020-61 e 00094-00002778/2020-77, para apuração de responsabilidades e possível aplicação de penalidades pelo descumprimento contratual** por parte da Consita Tratamento de Resíduos S/A, sendo que, em razão da edição da **Lei Complementar nº 967/2020**, foram suspensos os prazos dos processos administrativos instaurados para apuração de responsabilidades durante o período da pandemia da Covid19. Afirmou-se, na oportunidade, que tão logo passe o estado de calamidade pública, se dará prosseguimento aos procedimentos instaurados.

41. Nas informações agora trazidas, o SLU mencionou a **abertura de mais um Processo para apuração de descumprimento contratual, o de nº 00094-00003956/2020-87**, além de citar o de nº 00094-00001645/2020-83.

42. Não presta esclarecimentos sobre a finalização de nenhum dos autos instaurados para apuração irregularidades cometidas pela Contratada na execução do ajuste.

43. Salienta-se, mais uma vez, que essa questão também foi tratada na fase processual anterior, quando se entendeu ser **inadmissível que, tendo passado mais de ano do início da execução, o SLU não consiga impor ao contratado o cumprimento de suas obrigações legais.** E até em razão disso foi prolatada a deliberação ora em exame.

44. Ocorre que, de acordo com a manifestação da Autarquia, **o problema persiste.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

45. Entende-se que a edição da Lei Complementar nº 967/2020, na prática, impede a finalização dos processos de apuração de responsabilidade por descumprimento contratual por parte das empresas contratadas.

46. **Como ainda permanece o estado de calamidade provocado pela COVID19 e, consequentemente, vigente a já mencionada lei, é fundamental que o SLU instaure quantos processos forem necessários para que sejam aplicadas as penalidades previstas na legislação, agindo com austeridade principalmente no caso de reincidências, de forma a inibir novas ocorrências da espécie.**

47. Diante do exposto, entende-se que, **a despeito de não estar implementada a determinação da Corte para os Contratos nºs 18 e 24/2019, a ocorrência, neste momento, pode ser relevada, devendo ser avaliada quando da realização da Auditoria de Conformidade tratada no Processo nº 00600- 00000568/2021-95-e.**

48. Entretanto, entende-se importante **alertar** o SLU que, **tanto o cumprimento das cláusulas contratuais, quanto a devida aplicação de penalidade às empresas que não o fizerem, serão objeto de verificação por parte deste Tribunal quando da realização da mencionada fiscalização.**” (Grifos no original acrescidos).

38. De acordo com o explanado pelo Corpo Técnico, os dados remetidos pelo SLU permitem formar convicção no sentido de que a entidade **tomou providências para adequação do Contrato nº 19/2019** (contratada: Sustentare Saneamento S.A.), no que concerne à utilização de veículos em conformidade com as regras contratuais aplicáveis.

39. Percepção **diversa** exsurge da análise dos elementos trazidos quanto ao Contrato nº 18/2019 (contratada: Valor Ambiental Ltda.) e ao Contrato nº 24/2019 (contratada: Consita Tratamento de Resíduos S/A.). Nos ajustes mencionados, observou-se o descumprimento de obrigações por parte das contratadas, **a despeito do tempo transcorrido desde o início da execução dos serviços e dos processos de apuração de responsabilidade deflagrados pela autarquia distrital contratante.**

40. Apesar da verificação do **cumprimento parcial da determinação**, o MPC/DF entende como **pertinente** a proposta de avaliação do tema na Auditoria de Conformidade tratada no Processo nº 00600-00000568/2021-95-e, inclusive ante a **pendência de finalização**, até o presente momento, de procedimentos apuratórios instaurados no âmbito do SLU, no que se refere à aferição da adequação dos veículos utilizados com os ditames dos projetos básicos e termos de referência.

IV. III – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal: (...) b) que tome providências imediatas para o cumprimento dos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referência dos Contratos, que tratam da: b.2) aquisição de contêineres e de caminhões compactadores.

“IV.a – Manifestação do SLU

49. Acerca desse item, as Comissões Executoras apresentaram exatamente os mesmos esclarecimentos para os três ajustes, diferenciando somente os dados de instalação para cada um deles.

50. Os argumentos apresentados, iguais para os três contratos, foram os seguintes:

Em relação à aquisição dos contêineres semienterrados e contêineres LEVs, é necessário destacar que, apesar de o Termo de Referência prever no item 3.1.22 a instalação dos contêineres semienterrados até o final de 2019 e no item 3.2.16.7 a instalação de contêineres LEVs no primeiro ano de contrato, o levantamento dos locais de instalação apresentados no ‘Quadro 6 - Quantitativo dos Contêineres Semienterrados por Região Administrativa’ e ‘Quadro 9 - Quantitativo dos LEV por Região Administrativa’ não levou em consideração a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

complexidade das etapas de mapeamento, sendo esse mapeamento realizado enquanto a vigência dos contratos do Pregão nº 02/2018 já estava em curso.

*Além disso, o Decreto nº 40.105/2019, de 16 de setembro de 2019 instituiu um Grupo Executivo para **elaborar projeto sobre as localizações dos contêineres semienterrados**, dos Locais de Entrega Voluntária (LEV) e das lixeiras/papeleiras, contando com a participação de diversos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Distrito Federal, incluindo as Administrações Regionais. Dessa forma, de maneira a submeter a apreciação dos locais de instalação dos contêineres aos membros do Grupo Executivo, optou-se por realizar a instalação desses equipamentos em etapas, sendo três etapas para a instalação de contêineres semienterrados e duas etapas para a instalação de contêineres LEVs.*

O mapeamento dos locais de instalação de Contêineres Semienterrados - Papa-Lixos e Contêineres LEVs – Papa-Recicláveis está condicionado ao cumprimento de uma série de etapas, de forma a garantir que as localizações de instalação sejam as mais adequadas possíveis, as quais seguem:

*a) **Recebimento de indicações** de diversas fontes, tais como membros do Grupo Executivo definido pelo Decreto nº 40.105/2019, ouvidoria do GDF, entidades representativas da sociedade civil, área operacional do SLU ou de empresas contratadas;*

*b) **Análise e triagem das indicações**, que consiste na identificação se o local é atendido atualmente pelo serviço de coleta convencional e se está localizado em área de difícil acesso ou área tombada, no caso de Papa-Lixo, ou se é atualmente atendido pelo serviço de coleta seletiva em áreas de grande circulação de pessoas, no caso de Papa-Reciclável, dentre outras análises;*

*c) **Análise de viabilidade técnica e operacional em campo**, na qual é realizada uma visita técnica aos locais sugeridos, com o apoio, se possível, de membros da entidade que realizou a sugestão na qual é realizada a identificação do local exato da instalação do equipamento, com a coleta das coordenadas e registro fotográfico, e identificados elementos técnicos e operacionais que condicionam a instalação do equipamento no local;*

*d) **Análise de viabilidade técnica em escritório**, na qual é realizado o levantamento de interferências que não foram identificadas no local, como redes de água e esgoto da CAESB, bem como é verificado se os locais reais se encontram em áreas públicas a partir do cruzamento de bases de dados, dentre outras análises;*

*e) **Aprovação do local pelo Grupo Executivo** definido pelo Decreto nº 40.105/2019; e*

*f) **Acompanhamento de instalação.***

51. Sobre a situação específica de instalação de cada um dos ajustes, apresentou-se:

Contrato nº 18/2019:

3.2 Instalação dos Contêineres no Lote I (Contrato nº 18/2019)

3.2.1 Contêineres Semienterrados

*A primeira etapa de instalação de contêineres semienterrados teve início em 24 de março de 2021, com a instalação de 34 (trinta e quatro) contêineres até o dia 05 de maio de 2021 (51776385), além dos 3 (três) que já haviam sido instalados a título de teste. Esse quantitativo foi complementado pelo pedido de mais 6 equipamentos (58779632, CRC 436654B4). Por meio do Ofício CE.VA 341/2021 (61919150 *), de 14 de maio de 2021, a empresa apresentou relatório de instalação dos contêineres semienterrados (1ª etapa).*

Informamos que enviamos à empresa Contratada a solicitação de compra dos Contêineres Semienterrados referentes à 2ª e 3ª etapa de instalação, conforme Ofício Nº 68/2021 - SLU/PRESI/COMEX-18 (58779632, CRC 436654B4), Ofício Nº 113/2021 - SLU/PRESI/COMEX-18 (62030064, CRC CE83FD39) e Ofício Nº 117/2021 - SLU/PRESI/COMEX-18 (62203992, CRC 474D3E81), contemplando todo o quantitativo remanescente previsto contratualmente.

*Ademais, **já foram adquiridos os veículos que farão as coletas nesses equipamentos**, conforme registrado pela empresa no Ofício CE.VA 311/2021 (61048460 *).*

3.2.2 Contêineres LEV

A primeira etapa de instalação de contêineres LEVs teve início em 23 de setembro de 2021, com a instalação de 36 (trinta e seis) contêineres. Por meio do Ofício CE.VA 596/2021



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

(47902500*), de 28 de setembro de 2020, a empresa apresentou relatório de instalação dos LEVs (1ª etapa).

Informamos que enviamos à empresa Contratada a solicitação de compra dos Contêineres LEVs referentes à 2ª etapa de instalação, conforme o Ofício Nº 78/2021 - SLU/PRESI/COMEX-18 (59568801, CRC 3F1DCDA4), contemplando todo o quantitativo remanescente previsto contratualmente.

Contrato nº 19/2019:

Contêineres semienterrados:

A comissão de executores solicitou a compra dos contêineres semienterrados em etapas. Portanto, a contratada deverá apresentar a frota completa de caminhões compactadores equipados com braço munk até o momento da instalação dos equipamentos.

A primeira etapa de instalação de contêineres semienterrados contemplou 19 equipamentos e foi realizada no período entre 8 de março de 2021 e 20 de abril de 2021.

A contratada adquiriu três dos sete caminhões compactadores equipados com braço munk, conforme PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 19/2019 (60611633, CRC 4F735A9C) assinado entre as partes e lista de veículos (48605066*)

Informamos que foi enviada à empresa Contratada a solicitação de compra de 43 Contêineres Semienterrados referentes à 2ª e 3ª etapa de instalação, conforme Ofício 78 (62036792, CRC 7052316E).

A segunda etapa de instalação dos contêineres semienterrados ocorrerá em meados de julho de 2021, com 22 equipamentos, enquanto a terceira etapa ocorrerá em meados de setembro de 2021, com 21 equipamentos

Contêineres LEV (loais de entrega voluntária):

A comissão de executores solicitou a compra dos LEVs em duas etapas. Portanto, a contratada deverá apresentar a frota completa de caminhões compactadores equipados com braço munk até o momento da instalação dos equipamentos.

A primeira etapa de instalação de contêineres LEVs contemplou 30 equipamentos e foi realizada no período de 24 de setembro de 2020 a 05 de outubro de 2020.

A contratada adquiriu um dos três caminhões compactadores equipados com braço munk conforme lista de veículos (48605066*). Informamos que foi enviada à empresa Contratada a solicitação de compra de 38 Contêineres LEVs referentes à 2ª etapa de instalação, conforme o Ofício 59 (60551777, CRC 158C2F04).

A segunda etapa de instalação dos LEVs, com 52 equipamentos, ocorrerá em meados de junho de 2021.

Contrato nº 24/2019:

Contêineres semienterrados:

A comissão de executores solicitou a compra dos contêineres semienterrados em três etapas. Portanto, a contratada deverá apresentar a frota completa de caminhões compactadores equipados com braço munk até o momento da instalação dos equipamentos.

A primeira etapa de instalação de contêineres semienterrados contemplou 37 equipamentos e foi realizada no período entre 12 a 20 de abril de 2021, conforme registro fotográfico contido no Ofício nº 163/2021 (61996143*). A contratada adquiriu oito dos onze caminhões compactadores equipados com braço munk, conforme lista de veículos contida no Ofício nº 164/2021 (62043440*).

A segunda etapa de instalação dos contêineres semienterrados ocorrerá em meados de julho de 2021, com 45 equipamentos, enquanto a terceira etapa ocorrerá em meados de setembro de 2021, com 44 equipamentos, conforme solicitação encaminhada à contratada pelo Ofício Nº 90/2021 - SLU/PRESI/COMEX-24 (61813953, CRC B14ECC8A) e pelo Ofício Nº 95/2021 - SLU/PRESI/COMEX-24 (62029426, CRC 778EC7D8).

Contêineres LEV (loais de entrega voluntária):

A comissão de executores solicitou a compra dos LEVs em duas etapas. Portanto, a contratada deverá apresentar a frota completa de caminhões compactadores equipados com braço munk até o momento da instalação dos equipamentos.

A primeira etapa de instalação dos LEVs contemplou 38 equipamentos foi realizada no período de 21 a 23 de setembro de 2021, conforme registro fotográfico contido no Ofício nº



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

469/2020 (48587919*). A contratada adquiriu dois dos quatro caminhões compactadores equipados com braço munck, conforme lista de veículos contida no Ofício nº164/2021 (62043440*).

A segunda etapa de instalação dos LEVs, com 52 equipamentos, ocorrerá em meados de junho de 2021, conforme solicitação encaminhada à contratada pelo Ofício Nº 47/2021 - SLU/PRESI/COMEX-24 (57885122, CRC 09840845).

IV.b – Análise do Corpo Técnico

52. Inicialmente, destaca-se que, em sua manifestação, o próprio SLU confirma a previsão constante dos Termos de Referência do certame, de que **a conclusão da instalação de todos os contêineres deveria ocorrer até o final do primeiro ano de contrato, o que seria em setembro de 2020.**

53. Entretanto, alegou-se que o mapeamento para alocação desses equipamentos é um processo complexo, o que teria gerado o atraso na finalização dos procedimentos, principalmente pelo fato de ter sido iniciado já com os contratos em andamento.

54. Da análise de todos os argumentos apresentados pelo SLU, compreende-se que cabem algumas considerações.

55. Primeiro, concorda-se que os procedimentos para alocação dos contêineres é, de fato, complexo, **principalmente em razão da necessidade do envolvimento direto de diversos atores.**

56. Observando o Decreto nº 40.105, de 16 de setembro de 2019, que instituiu Grupo Executivo exclusivamente para elaborar **projeto sobre as localizações dos contêineres semienterrados, dos Locais de Entrega Voluntária (LEV) e das lixeiras/papeleiras**, verifica-se que, além do SLU e de todas as Administrações Regionais, foram também designados para o trabalho a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, a Companhia de Energética de Brasília – CEB, - a Companhia de Água e Esgoto de Brasília – CAESB, a Secretaria Executiva das Cidades e Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP.

57. Somente pela quantidade e diversidade dos participantes, seria de se prever que a conclusão não ocorreria de forma simples e rápida. Mas, além disso, observa-se a existência de diversos trâmites, até chegar à aprovação do local para instalação.

58. Vê-se que, inicialmente, recebe-se as indicações dos locais para instalação, que podem vir de diversas fontes, dentre elas de representantes da sociedade civil.

59. Depois, faz-se a triagem das indicações e as análises de viabilidade técnica e operacional, para, enfim, se aprovar o local.

60. Reitera-se, portanto, que seria natural um tempo mais prolongado para conclusão de todo o processo.

61. **Compreende-se que o equívoco que se deu nesse caso foi o fato de não ter sido feito esse mapeamento antes da realização do certame, para que já fossem indicados, nos Termos de Referência, os locais específicos de instalação dos equipamentos.**

62. Desse modo, entende-se que pode se **alertar** o SLU para que, **em contratações futuras que envolvam instalações de equipamentos cujos locais sejam objeto de debate prévio, a exemplo de contêineres, lixeiras, etc, que isto seja feito anteriormente à abertura dos processos de licitação.**

63. Especificamente acerca do cumprimento do deliberado pela Corte no item em exame, observa-se que, a despeito das dificuldades já relatadas, **o SLU está trabalhando no sentido de resolver a situação**, conforme afirmações constantes das transcrições feitas no parágrafo 51 desta Informação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

64. Ressalta-se que não se encaminhou os ofícios e relatórios das empresas contratadas, citados na manifestação do Órgão, **que comprovariam as providências adotadas.**

65. Contudo, diante da afirmação da Autarquia, e do fato de que **a previsão para conclusão das instalações é de setembro de 2021**, compreende-se que pode ser dado o item como **parcialmente cumprido**, lembrando que a questão será objeto de verificação in loco, quando da execução da Auditoria de Conformidade que está sendo tratada no Processo nº 00600-00000568/2021-95-e.” (Grifos no original e acrescidos).

41. Não convence o **Parquet** de Contas a alegação de que a morosidade no cumprimento das obrigações pactuadas, no tocante à aquisição de contêineres semienterrados e caminhões compactadores, seria decorrente da complexidade do processo de escolha do local de instalação dos equipamentos de coleta de lixo. Conforme obtemperou o Corpo Técnico, **o aludido mapeamento deveria ter sido realizado antes da abertura do certame**, mediante a especificação detida dos locais dos equipamentos nos Termos de Referência elaborados pela entidade.

42. É inegável que um Termo de Referência que **contenha precisão na definição de seu objeto** e nas especificidades técnicas que envolvam a contratação, que apresente uma estimativa de preço condizente, de fato, com a realidade de mercado, associada a uma licitação que observe, além dos consagrados princípios licitatórios, a isonomia e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, tende a resultar em uma contratação sem arestas, imprecisões ou obscuridades.

43. Como se observa, o Termo de Referência é a gênese, o pilar mestre da contratação pública. Se o gestor público não primar por ser este o documento que **especifica todos os elementos necessários à caracterização do objeto da contratação**, com base nas indicações dos **estudos técnicos preliminares**, que demonstrem a viabilidade técnica-econômica e a essencialidade das exigências, bem como possibilite a avaliação do custo do objeto e a **definição dos métodos e do prazo de execução**, a contratação tenderá ao insucesso.

44. Um Termo de Referência **deficiente e incompleto** enseja variações na orçamentação dos custos previstos para o objeto e possibilita distorções nas propostas de preços apresentadas pelas proponentes/licitantes com a consequente não obtenção da proposta mais vantajosa pela Administração. De igual modo, um **planejamento inadequado** por ensejar atraso na entrega dos bens e serviços contratados pela administração.

45. No presente caso, restou demonstrado que **o SLU sequer especificou o local de instalação dos itens a serem adquiridos na fase de planejamento da contratação**, fato que, sem dúvida, contribuiu para o descumprimento dos prazos de entrega estipulados inicialmente.

46. A par dos dados presentes nos autos, em harmonia com o Corpo Técnico, este Órgão Ministerial considera que o Tribunal pode reputar como **parcialmente cumprida** a determinação inserta no item III.b.2 da Decisão nº 967/2021. Outrossim, considerando o escopo da análise, mostra-se pertinente a proposta de verificação **in loco** da questão, quando da execução da Auditoria de Conformidade atinente ao Processo nº 00600-00000568/2021-95-e.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

V. III – determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal: (...) b) que tome providências imediatas para o cumprimento dos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referência dos Contratos, que tratam da: (...) b.3) idade máxima da frota autorizada a prestar o serviço de coleta convencional, determinando a substituição imediata de veículos que não atendam aos padrões contratuais.

“V.a – Manifestação do SLU

66. Acerca desse ponto, verificou-se nos documentos encaminhados pelo SLU, manifestação das **Comissões Executoras** de cada um dos três contratos em exame.

67. Sobre o Contrato nº 18/2019, informou-se:

Conforme pode ser constatado na lista atualizada da frota enviada pela empresa, por intermédio do Ofício CE.VA 311/2021 (60830781), de 28 de abril de 2021, todos os veículos previstos contratualmente encontram-se dentro da idade contratual na presente data. As demais ações nesse sentido estão referenciadas no tópico 2 deste documento.

68. Quanto ao Contrato nº 19/2019 os esclarecimentos foram os seguintes:

Atualmente os veículos apresentados pela contratada obedecem aos padrões contratuais, incluindo o item que trata da idade máxima da frota autorizada a prestar serviços a esta Autarquia. (41442070*)

69. Em relação ao Contrato nº 24/2019, a Comissão Executora manifestou-se:

Todos os veículos apresentados pela contratada obedecem ao item que trata da idade máxima da frota autorizada a prestar serviços a esta Autarquia, conforme Lista de veículos - SUMA BRASIL (62369991) elaborada pela comissão de executores a partir da lista de veículos contida no Ofício nº 164/2021 (62043440*).

V.b – Análise do Corpo Técnico

70. Vê-se nos esclarecimentos prestados pelas Comissões Executoras de cada ajuste, a **afirmação de que esse item foi inteiramente cumprido pelas contratadas.**

71. É verdade que **a explicação careceu da anexação de documentação comprobatória**, de forma que o assunto fosse encerrado de vez nessa diligência.

72. Assim, entende-se **prudente não emitir juízo sobre o atendimento do item neste momento, deixando para análise quando da execução da Auditoria de Conformidade que está sendo tratada no Processo nº 00600-00000568/2021-95-e.**” (Grifos acrescidos).

47. Conforme arrazoadado pelo Corpo Técnico, quanto ao cumprimento da diligência, tem-se que os esclarecimentos fornecidos pelas Comissões Executoras **não foram acompanhados de documentos com o condão de comprovar o respeito ao limite de idade máxima da frota autorizada a prestar o serviço de coleta convencional**, o que obsta a formulação de juízo seguro acerca do cumprimento da diligência. Nesse ponto, diversamente do observado em relação ao item III.a da Decisão nº 967/2021, impende salientar a **impossibilidade** de consulta aos documentos mencionados, ante a ausência de código CRC ou de disponibilização de acesso externo aos processos correspondentes.

48. Entretanto, por racionalidade processual, o MPC/DF opina no sentido de que a **reiteração da diligência não se faz necessária, ante a possibilidade de avaliação futura do cumprimento da determinação, no curso do Processo nº 00600-00000568/2021-95-e.**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

49. Assim, no que toca à análise das providências adotadas em cumprimento aos comandos contidos na Decisão nº 967/2021, o **Parquet**, em **adendo** ao propugnado pelo Corpo Técnico na Informação nº 65/2021-SEGEM/DIGEM2, entende que o TCDF pode **considerar satisfatoriamente cumprida a diligência** prevista no item III.a da indigitada deliberação.

50. Exaurida essa temática, o MPC/DF passa à análise de sua alçada no tocante aos esclarecimentos prestados em atenção à **Decisão nº 4.131/2021**.

51. Nesse particular, em relação ao cerne da discussão atinente aos indícios de irregularidade apontados no Ofício nº 1/2021-G4P/DA, o Ministério Público de Contas considera salutar sublinhar a síntese dos argumentos manejados pelas jurisdicionadas, bem como o posicionamento apresentado pelo Corpo Técnico na Informação nº 64/2022 – DIASP2³⁰, seguidos do correspondente exame do Órgão Ministerial:

“7. No Ofício nº 1/2021-G4P/DA, o Ministério Público de Contas - MPC manifestou-se acerca do supracitado ajuste.

(...)

Neste ponto, o Ministério Público de Contas tomou conhecimento de que a Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – TERRACAP realizou a contratação de empresa para o fornecimento e a instalação de equipamentos similares aos já oferecidos pelo SLU em suas avenças.

Trata-se do Contrato nº 84/2020, celebrado entre a TERRACAP e a sociedade empresária CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA., que tem como objeto a execução dos serviços de implementação de sistema composto por lixeiras subterrâneas(contêineres) no Setor Habitacional Noroeste, localidade não abrangida pelos contratos do SLU ora vigentes.

Em suma, os novos contêineres funcionam como uma grande lixeira instalada abaixo do nível do chão, substituindo os antigos contêineres plásticos e metálicos que até então ocupam as vias e estacionamentos da região. Para tanto, é necessário a escavação de cavas para a implantação dos coletores, que funcionam como depósito de dejetos que, posteriormente, seria recolhido pela equipe de coleta contratada pelo SLU.

Nesse contexto, vale reforçar que competiria à mencionada Autarquia, por intermédio dos contratos já firmados, a realização da coleta dos resíduos contidos nos equipamentos localizados no Noroeste e que foram fornecidos por meio do contrato firmado pela TERRACAP. Ocorre que restou identificado que os contêineres que estão sendo instalados na região do Noroeste possuem especificações técnicas e condições de operacionalização distintos dos previstos nos contratos do SLU, fato que estaria impedindo a efetiva execução do serviço de coleta pela Autarquia na região.

Tal fato é ratificado por meio de documento encaminhado pelo SLU ao TCDF, com o seguinte teor: ‘A forma de coleta dos contêineres utilizados pelo SLU se dá por meio de seu içamento e abertura de sua tampa de fundo para descarga na parte superior do veículo. Já o contêiner da Terracap é içado e posteriormente basculado pela traseira do veículo. Desse modo, os veículos utilizados no âmbito desta contratação não estão aptos a operar nesse tipo de coleta, já tendo sido realizado teste para verificação’.

O mesmo documento informa que, diante do impasse, foi instaurado processo com vistas a promover estudos para determinar as adaptações necessárias e os respectivos custos para realizar um aditivo ao Contrato nº 18/2019-SLU, com o fito de viabilizar a coleta dos resíduos dispostos nos contêineres do Noroeste. Veja-se:

‘Dessa forma, o mencionado fato superveniente ensejará a necessidade de alteração contratual, para possibilitar a adaptação nos veículos atualmente utilizados no âmbito do Contrato nº 18/2019, referentes aos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos

³⁰ Peça 278 – e-DOC 1F28815D



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

domiciliares e de coleta seletiva de recicláveis secos, uma vez que as especificações técnicas dos semienterrados adquiridos pela Terracap são distintas das dos equipamentos contratados pelo SLU.

O caso em tela revela que houve uma falha no planejamento para a aquisição dos contêineres pela TERRACAP, uma vez que a fase prévia à contratação não considerou o atual modelo de serviço de coleta de resíduos sólidos domiciliares prestado pelo SLU, entidade competente para promover o gerenciamento dos serviços de limpeza pública no DF.

Verifica-se, portanto, uma fragilidade nos bens fornecidos no Contrato nº 84/2020-TERRACAP, haja vista o objeto contratado não atender às reais necessidades do SLU, indicando, portanto, um Projeto Básico deficiente, que não apresentou a adequação e a compatibilidade dos equipamentos adquiridos aos serviços prestados pela Autarquia distrital.

(...)

Afora a conflitante condição de operacionalização dos contêineres, importa abordar os preços e custos constantes do Contrato nº 84/2020-TERRACAP. A avença firmada pela TERRACAP perfaz o montante de R\$ 4.729.999,85 (quatro milhões, setecentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e cinco centavos) para o fornecimento e instalação de 60 (sessenta) lixeiras subterrâneas, representando um custo unitário de aproximadamente R\$ 79.000,00 para cada contêiner com capacidade de armazenamento de 3m³ (3 mil litros).

Por sua vez, o custo unitário do contêiner semienterrado constata do Contrato nº 18/2019-SLU (avença esta que pode vir a ser aditivada diante da superveniência dos fatos aqui descritos) corresponde a pouco mais de R\$ 35.000,00, com armazenamento de 5m³ (5 mil litros).

Como se vê, além de incompatíveis, os equipamentos adquiridos pela TERRACAP e que estão sendo instalados no Setor Noroeste são mais onerosos e possuem capacidade de armazenamento inferior quando comparados aos contêineres contratados pelo SLU, fato que representa a violação aos princípios da economicidade e da eficiência.

Destarte, os fatos narrados demonstram, ao menos de maneira indiciária, a inobservância dos princípios mencionados nesta Peça, bem como das normas que dispõem sobre licitações e contratações no âmbito de empresas públicas e sociedades de economia mista, o que faz demandar, no presente momento, a adoção de uma medida acautelatória por parte da Corte.

(...)

II – Das Informações Prestadas pela Terracap

15. A Companhia manifestou-se mediante o Ofício nº 405/2021-TERRACAP/PRESI/COINT/DIGER. Segundo documentação encaminhada pela Terracap, a instalação de contêineres semienterrados no Setor Noroeste foi realizada para atender demanda formalizada pela Associação dos Moradores do Setor Noroeste - AMONOR por meio do Ofício nº 61/2018 - AMONOR.

16. A Terracap destacou que a implantação das lixeiras semienterradas atendeu ao compromisso assumido pela empresa, quando da licitação dos imóveis naquela localidade, prevista como um bairro ecológico.

17. Em seu expediente, a AMONOR solicitou, em suma, que a Terracap:

(...) enquanto loteadora do Setor Noroeste, providencie uma medida paliativa a não instalação do sistema de coleta a vácuo. Nessa esteira, sugerimos a instalação de lixeiras subterrâneas, o que cessaria a grande maioria dos problemas causados pelo atual sistema de armazenagem (...).

18. Dessa forma, a jurisdicionada optou pela instalação dos contêineres subterrâneos, que apresentariam as seguintes vantagens:

- Diminuição da proliferação de pragas e vetores, em razão da não exposição dos resíduos;
- Inibição do acesso de animais de rua aos resíduos;
- Redução da liberação de odores desagradáveis; e
- Diminuição da frequência de coleta, pela maior capacidade dos contêineres (3m³) em relação aos atualmente utilizados (1m³).

19. De acordo com o relato apresentado pela Gerência de Engenharia da Terracap:

(...)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Em outubro de 2018, objetivando dimensionar a quantidade de contêineres que deveríamos instalar, foi realizado levantamento das edificações habitadas e das lixeiras existentes na primeira etapa do Setor, conforme croqui (73077730).

Do levantamento realizado ficou constatado de que existiam à época 207 contêineres de lixo de 1m³ (1 mil litros) cada para atender a 60 projeções residenciais, 16 contêineres para atender a 9 imóveis de comércio local e 3 para atender a um bloco comercial ocupando 6 lotes comerciais, ficando demonstrado que o lixo gerado pelas unidades residenciais (orgânico e seletivo) poderia ser armazenado em um espaço de 3,45m³ (3.450 litros), os dos comércios locais em 1,78m³ e dos lotes comerciais em 0,50m³.

Como haveria de ser feita a separação do lixo orgânico e devido ao fato de que as lixeiras subterrâneas pesquisadas possuíam capacidade para 3m³ (3 mil litros) definiu-se a instalação de um conjunto de 2 (duas) lixeiras para cada projeção residencial, e outros 4 (quatro) conjuntos para os imóveis comerciais e mais 10 (dez) conjuntos para edificações em construção na época, totalizando 148 lixeiras, conforme croqui (73077893).

Chamamos a atenção para o fato de que quando da elaboração do projeto básico para contratação das obras/serviços, em 27/11/2018, a TERRACAP encaminhou o Ofício SEI-GDF Nº 267/2018 - TERRACAP/PRESI/DITEC (73079346) ao SLU solicitando o pronunciamento daquela Autarquia quanto ao melhor tipo de lixeira subterrânea a ser instalada.

Em resposta, em dezembro de 2018, nos foi encaminhado o despacho SEI-GDF SLU/PRESI/DITEC (73079539) com a seguinte informação:

'Nesse sentido, sugerimos a instalação de Lixeiras com tampa de abertura e içamento manual, sendo o modelo de aço galvanizado ou qualquer tipo de material anti-chamas, anti-vandalismo e resistente a corrosão, sendo estes os mais indicados para instalação. Cabe informar, que o serviço de coleta para esses tipos de contêineres é realizado com um caminhão compactador munido de guindaste munk e seu içamento é lateral.'

Tais especificações foram atendidas pela TERRACAP quando da elaboração do projeto básico utilizado na celebração do Contrato nº 84/2020 (73079880), em 02/01/2021, entre a TERRACAP e a empresa CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA, objetivando a execução dos serviços de implementação de sistema composto por lixeiras subterrâneas, inclusive escavação da cava, execução de caixa de concreto impermeabilizada, reaterro, fornecimento, instalação e montagem dos contentores subterrâneos, instalação de tampa articulada e amortecimento com pistão a gás, dotada de lixeiras de superfície, destinadas a receber o lixo nelas depositados e direcionadas sobre cada container posicionado no interior da caixa de concreto, no valor de R\$ 4.729.999,85.

Destacamos aqui que o SLU informou à TERRACAP que a coleta do lixeiro seria realizada por meio de 'caminhão compactador munido de guindaste munk e seu içamento é lateral' e não o que agora informou aquela Autarquia ao TCDF de que 'A forma de coleta dos contêineres utilizados pelo SLU se dá por meio de seu içamento e abertura de sua tampa de fundo para descarga na parte superior do veículo.'

Dessa forma entendemos que não houve falha no planejamento para aquisição dos contêineres pela TERRACAP, visto que em fase prévia à contratação foi consultado o SLU quanto ao modelo de lixeira a ser utilizado, bem como ficou claro de que o manuseio de tais equipamentos seria feito por aquela Autarquia.

Quanto a diferença de preços entre o contrato da TERRACAP e o do SLU, apontada pelo TCDF, lembramos aqui que o Contrato 84/2020 celebrado entre a TERRACAP e a empresa CORPUS, no valor de R\$ 4.729.999,85 tem como objeto o fornecimento e instalação de 46 (quarenta e seis) conjuntos compostos de 2 (duas) lixeiras, mais 14 (catorze) conjuntos compostos de 4 (quatro) lixeiras, totalizando 148 (cento e quarenta e oito) lixeiras de 3m³ (3 mil litros), o que resulta no custo individual para cada lixeira instalada de R\$ 31.959,46 (trinta e um mil novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos), valor esse inferior ao custo unitário dos contêineres semienterrados constantes do Contrato nº 48/2019-SLU de aproximadamente R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), sendo que as lixeiras instaladas no Setor Noroeste são de acabamento superior, por serem as lixeiras coletoras circulares em aço inoxidável.

(...)

Enfatizamos por fim que todas as ações adotadas pela TERRACAP para implantação das lixeiras subterrâneas no Setor Noroeste foram tratadas em conjunto com o SLU, desde a



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

especificação das lixeiras em 2018, passando pela comunicação do início da execução do contrato, até a definição do local definitivo para instalação das lixeiras em vistorias in loco com a participação de representantes da TERRACAP, do SLU e da AMONOR (Associação dos Moradores do Setor Noroeste).

Em relação ao item II.a da Decisão constante do Despacho Singular nº 519/2021- GCRR – ‘determinar à Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP que, até ulterior deliberação deste Tribunal, se abstenha de adquirir ou instalar novos contêineres contemplados no Contrato nº 84/2020-Terracap’, informamos que todos os 148 (cento e quarenta e oito) contêineres objeto do Contrato nº 84/2020 já foram instalados desde o dia 30/09/2021. (...) - destacamos

20. Em resumo, a Terracap apresentou sua motivação e os procedimentos adotados para a aquisição e instalação dos contêineres semienterrados no Setor Noroeste, incluindo documentos que comprovariam a realização de consulta prévia ao SLU/DF acerca das características das lixeiras que deveriam ser adquiridas.

21. Além disso, detalhou os custos de aquisição das lixeiras, demonstrando que o custo individual de cada lixeira totalizou R\$ 31.959,46, valor que diverge da quantia citada na representação do MPC.

III – Das Informações Prestadas pelo SLU

*22. Via Ofício nº 780/2021 - SLU/PRESI, o SLU encaminhou o Despacho - SLU/PRESI/DITEC, de 30.12.2021, manifestando-se a respeito da **instalação dos contêineres subterrâneos no Setor Noroeste**. Acerca dos questionamentos da Terracap, que tratavam da aquisição dos referidos equipamentos, ressaltou o seguinte:*

(...)

Em resposta à TERRACAP, o SLU se manifestou:

*‘Nesse sentido, **sugerimos a instalação de Lixeiras com tampa de abertura e içamento manual**, sendo o modelo de aço galvanizado ou qualquer tipo de material anti-chamas, antivandalismo e resistente a corrosão, sendo estes os mais indicados para instalação. Cabe informar, que o serviço de coleta para esses tipos de contêineres é realizado com um caminhão compactador munido de guindaste munk e seu içamento é lateral.’*

Embora a resposta do SLU (16309324) tenha sido sucinta, sem apontamentos quanto ao volume do contêiner a ser adquirido e de não possuir abertura de fundo, para esta Autarquia não restou dúvidas naquele momento quanto à possibilidade de operação e a viabilidade de tempo de operação, ou seja, não se vislumbrava óbice para sua operação, uma vez que a proposta apresentada pela empresa afirmava que era suficiente ‘Uma simples grua no caminhão coletor tradicional e apenas um operador é tudo o que necessita para completar o processo em 2 ou 3 minutos’ e que seus contêineres “são adaptáveis a diferentes sistemas de coleta traseiros ou superiores dos caminhões de recolha de RSU.’ Portanto, naquela ocasião o SLU se posicionou quanto as características básicas dos contêineres, em especial ‘o modelo de aço galvanizado ou qualquer tipo de material antichamas, antivandalismo e resistente a corrosão’.

*Destaca-se que no Contrato nº 18/2019 deste SLU há a **previsão de caminhão compactador com ‘braço Munk’**, trata-se de tipo de grua, bem como a **aquisição, instalação e manutenção de 167 contêineres semienterrados com a capacidade volumétrica de 5m³**, a serem distribuídas em todas as Regiões Administrativas previstas no contrato.*

*Considerando que a atividade de coleta é uma atividade fim desta Autarquia, **verificou-se as possibilidades de atendimento desta demanda, de modo que no primeiro teste foi realizado com o caminhão previsto no contrato nº 18/2019 e atingiu-se um tempo considerado elevado de aproximadamente 16 minutos por contêiner de 3M³**, tendo sido emitido o relatório nº 6/2021 – SLU/PRESI/DILUR/NUREN (71476283), com possíveis alterações aos equipamentos do contrato com a finalidade de reduzir o tempo de operação viabilizando a coleta. **Posteriormente, foi realizado outro teste com um caminhão de outra empresa contratada com características próximas àquelas sugeridas no referido relatório e compatíveis com a operação dos contêineres contratados pela TERRACAP, porém no teste novamente se atingiu um tempo de aproximadamente 14 minutos.***

Informa-se que o tempo considerado é dado a partir do momento que o caminhão encosta ao lado do contêiner até o momento que fecha a plataforma do contêiner.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Embora, nos testes não haja um azeitamento perfeito da operação, o que otimizaria o tempo, pouco provável que fosse alcançado o tempo inicialmente proposto de 2 a 3 minutos e seria imprudente afirmar que qualquer caminhão compactador com grua conseguiria executar o serviço de coleta, conforme descrito na proposta, necessitando portando de diversas adequações nos caminhões contratados, além do aumento do número de caminhões para prestação dos serviços, uma vez que havia a previsão contratual de 167 contêineres semienterrados e a TERRACAP instalou mais 75 para coleta domiciliar e 75 para coleta seletiva.

Atualmente, o tempo para a coleta do resíduo proveniente do contêiner semienterrado de 5m³ operados pelo SLU é de aproximadamente 5 minutos, e caso a TERRACAP consiga a adequação do contêiner visando a abertura da sua tampa de fundo para descarga, o tempo de operação se ao realizado pelo SLU.

23. Registre-se, conforme afirma o SLU/DF, que os testes foram realizados em um caminhão previsto para o contrato nº 18/2019, sem as adaptações específicas recomendadas pela empresa Corpus Saneamento, fabricante dos contêineres instalados no Setor Noroeste.

24. A partir dessas informações, o SLU/DF apresentou dois cenários para o cálculo dos impactos financeiros, decorrentes da operacionalização dos contêineres semienterrados no Setor Noroeste.

- **Cenário 1** - Teste em Campo - sem abertura da tampa de fundo; e
- **Cenário 2** - Dados históricos – com abertura da tampa de fundo, baseado na operação atual dos semienterrados.

25. Com base nos cenários supracitados o SLU apresentou os seguintes impactos financeiros:

Impacto	Cenário 1	Cenário 2
Quantidade de Veículos	+ 4	+4
Impacto mensal	+ R\$ 201.694,85	+ R\$ 177.219,94
Impacto (%)	1,43%	1,25%

26. Posteriormente, foi realizada nova medição dos tempos de coleta dos contêineres semienterrados instalados no Setor Noroeste. Desta feita, o teste foi executado com um veículo já adaptado para coleta no Noroeste, fornecido pela empresa Corpus Saneamento. O teste foi acompanhado por representantes da Diretoria Técnica do SLU/DF, do TCDF e da Terracap, além das empresas Corpus Saneamento, SOTKON e Valor Ambiental. Segundo a Nota Técnica nº 1/2022 - SLU/DITEC/UGTEC/CORECON/GEACO14:

(...)

No dia 17/02/2022, foi realizado teste operacional de coleta dos contêineres subterrâneos instalados no Noroeste utilizando veículo já adaptado para a coleta dos contêineres subterrâneos conforme modelo instalado no Noroeste. O teste foi acompanhado por membros desta Diretoria Técnica e por representantes do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e da TERRACAP, além das empresas Corpus Saneamento, SOTKON e Valor Ambiental.

Por meio do Ofício CORPUS Saneamento e Obras Ltda (81382356), recebido em 04/03/2022, foram apresentadas informações a respeito das especificações do veículo utilizado no teste e informações complementares:

‘Para a operação teste foi utilizado o seguinte veículo/equipamento de propriedade da empresa Corpus:

- *Modelo do Caminhão: VW 17-190 Compactor*
- *Modelo do Coletor Compactador: Planalto Magnum 15 m³*
- *Modelo do Guindaste (Grua): Motocana MK 6500L*
- *Quantidade de Colaboradores na Operação: 01motorista + 02 operadores.*

(...)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Com relação a média de vida útil dos equipamentos fornecidos pela empresa Corpus no Contato nº 84/2020 com a TERRACAP, podemos dizer que quanto a cuba de concreto instalada no subsolo, a exemplo da Europa, existem cubas com até 25 anos de vida ainda em operação, no Brasil já existem equipamentos que trabalham há mais de 05 anos perfeitamente. É importante destacar que para que o equipamento tenha maior durabilidade, é necessária manutenção preventiva e limpeza dos pontos instalados, como acima mencionado. Sobre os demais itens que compõe o equipamento, a durabilidade é em média de 05 (cinco) anos, a depender do bom uso da operação. (...) - destacamos

27. No que diz respeito ao resultado do teste, ressalta a mencionada Nota Técnica (p. 2):
(...) *Por meio do Despacho - SLU/PRESI/DIRAD/GTGEO (81490194) foram fornecidas informações a respeito dos tempos, distâncias e velocidades médias realizadas pelo(s) veículo(s) do atual circuito do Noroeste, bem como a quantidade de veículos e frequência atualmente realizada, assim como a determinação do novo tempo de coleta que será necessário no novo circuito para coletar os resíduos dos novos contêineres subterrâneos instalados. Este novo cenário de coleta dos contêineres subterrâneos foi apresentado conforme disposto abaixo:*

‘O teste operacional ocorrido no dia 17/02/2022 realizou a coleta de um conjunto de 03 equipamentos instalados ao lado do outro. A partir deste teste, verificou-se os seguintes intervalos de tempo médio para cada fase de operação:

Tabela 03 - Tempo de operação de um contêiner semienterrado

Fase	Tempo
Mobilização	00:00:35
Coleta	00:02:08
Desmobilização	00:00:45

De forma a replicar tais tempos para todos os 75 equipamentos de cada serviço (coleta seletiva e coleta convencional) os contêineres semienterrados foram agrupados conforme a proximidade para que pudesse ser calculado a quantidade de mobilizações e desmobilizações necessárias para a operação de todo o circuito. Tais agrupamentos foram feitos para um conjunto de até 03 contêineres (conforme o teste realizado). Desta forma, chegou-se em um total de 36 conjuntos de equipamentos, sendo 10 conjuntos com apenas 01 equipamento e 26 conjuntos com 02 ou 03 equipamentos.

Sendo assim, o tempo necessário para a operação dos 75 equipamentos de qualquer um dos serviços seria o da tabela a seguir:

Tabela 04 - Tempo total de operação de 75 contêineres semienterrados - Coleta Convencional ou Coleta Seletiva

Equipamento Unitário					
Mobilização	Coleta	Desmobilização	Quantidade Conjuntos	Quantidade Equipamentos	Tempo
0:00:35	0:02:08	0:00:45	10	10	0:34:40
Conjunto de Equipamentos (até 3 Equipamentos)					
Mobilização	Coleta	Desmobilização	Quantidade Conjuntos	Quantidade Equipamentos	Tempo
0:00:35	0:02:08	0:00:45	26	65	2:53:42
Tempo total					3:28:22



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

28. Concluiu-se, dessa forma, que o tempo total de coleta atingiu 3 minutos e 28 segundos, considerando o circuito completo de mobilização, coleta e desmobilização. O resultado se aproxima das informações prestadas pela empresa Corpus Saneamento, que indicou a duração de 2 a 3 minutos para esse ciclo.

29. No que diz respeito à adaptação dos caminhões, ressaltou o SLU/DF (p.5):

A realização da adaptação dos veículos é um serviço especializado que ficará sob responsabilidade da própria contratada. Para mensuração dos custos do pretendido aditamento, não foi possível a obtenção de orçamentos por meio de bancos públicos e tabelas de referência (SINAPI e SICRO), por se tratar de um serviço customizado e específico. Foram, então, solicitados a dez empresas o envio de orçamentos dos custos das adaptações nos veículos, no entanto, foi possível obter resposta de apenas uma empresa, a qual encaminhou duas propostas, conforme Pesquisa de Preços (84858053) realizada. Essas duas propostas apresentam duas alternativas, uma com braço munk que suporta até 660 kg na ponta e outra com braço munk que suporta até 2.000 kg. Verificou-se por meio de dimensionamentos de carga que a alternativa com braço munk com capacidade de carga de 2.000 kg seria mais adequada para atender o caminhão de 19 m³ da coleta convencional. A outra alternativa, com braço munk com capacidade de carga de 660 kg seria mais adequada para atender o caminhão de 15 m³ da coleta seletiva. Essas diferenças se dão devido aos pesos dos tipos de resíduos. Combinados os pesos dos resíduos com o peso do contêiner cheio, calculou-se o peso total a ser levantado, assim como o momento máximo a que o braço munk estará sujeito, conforme detalhado na Tabela 3. (destacamos)

30. O SLU apresentou, ainda, diversas tabelas, incluindo o cálculo do dimensionamento dos serviços (extensão, velocidades médias, tempos, quantidade de veículos, horas produtivas e improdutivas) para coleta convencional e seletiva.

31. No tocante à manutenção dos contêineres, esclareceu o SLU/DF (p. 5):

A manutenção dos contêineres subterrâneos instalados no Noroeste é também objeto do presente aditamento contratual. O custo desta manutenção foi calculado conforme metodologia SINAPI, também utilizada na planilha de custos para remuneração da manutenção dos contêineres semi enterrados já instalados na região do lote 1. (...)

32. Quanto à **garantia dos equipamentos**, alertou o SLU/DF (p. 6):

*Destaca-se, ainda, que a **garantia técnica prevista** no projeto básico da contratação realizada pela TERRACAP foi **definida em 1 ano**, conforme item 16. GARANTIA, alínea d), **in verbis**:*

d) A Garantia técnica das lixeiras deve ser mínima de 1 ano, incluindo defeitos de produção ou de funcionamento.

***Pairam, no entanto, dúvidas quanto à data-base inicial de contagem da referida garantia.** Em sua proposta, a CORPUS SANEAMENTO E OBRAS LTDA informou que:*

Garantia de Venda: 01 (um) ano após a entrega técnica. Inclui defeitos de produção ou de funcionamento não causados por uso inadequado pelo cliente, de acordo com os termos de garantia anexados em contrato de compra e venda.

Apesar de a contratada deixar claro em sua proposta que a contagem inicia na entrega técnica do contêiner, há que se destacar que desde setembro de 2021 já se estimava a conclusão das entregas. No entanto, até o presente momento, já decorridos mais de 7 meses, não se iniciou a operação dos mesmos. Desta forma, há o risco de que a garantia dos contêineres se esgote antes mesmo do início da sua utilização. Tendo em vista esses fatos, questiona-se sobre a possibilidade de contabilização do início da garantia a partir do início da operação, de forma a se verificar o correto funcionamento da operação e dos materiais presentes no equipamento. (destacamos)

33. Como resultado do novo teste, a estimativa de impacto financeiro apontou para um acréscimo de **R\$ 19.910,11 ao custo mensal do contrato de coleta resíduos domiciliares, referentes a (p. 5/6):**

*a. **adaptação dos veículos** de coleta e alteração das proporções de horas produtivas e improdutivas dos veículos utilizados no Noroeste (R\$ 12.312,44);*

*b. **manutenção dos contêineres subterrâneos (R\$ 7.597,67).***



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

34. Resumiu o SLU/DF (p. 7):

Conforme apresentado, o impacto financeiro do pretendido aditamento implica em um acréscimo de R\$ 19.910,11 (dezenove mil novecentos e dez reais e onze centavos) no custo mensal no atual valor do contrato, referente à adaptação dos veículos e inclusão dos custos de manutenção dos contêineres subterrâneos, o que representa um aumento mensal de 0,14%. O impacto anual representa um acréscimo de R\$ 238.921,32 (duzentos e trinta e oito mil novecentos e vinte e um reais e trinta e dois centavos). O impacto nos meses restantes do contrato impacta no valor global do contrato um acréscimo de R\$ 577.393,19 (quinhentos e setenta e sete mil trezentos e noventa e três reais e dezenove centavos), o que representa um aumento percentual de 0,07% no valor global. (destacamos)

35. Em resposta a questionamento desta unidade técnica, o SLU/DF encaminhou a Nota Técnica nº 17/2022, detalhando o cálculo do impacto financeiro mensal referente à adaptação dos caminhões, e alteração das proporções de horas produtivas e improdutivas dos veículos a serem utilizados na coleta de lixo no Setor Noroeste.

36. A tabela seguinte mostra um resumo das estimativas apresentadas pelo SLU/DF, referentes ao quantitativo de horas produtivas e improdutivas dos veículos utilizados no serviço de coleta de resíduos domiciliares no Setor Noroeste.

Serviço	Horas PRODUTIVAS <u>SEM COLETA</u> dos Contêineres Subterrâneos	Horas IMPRODUTIVAS <u>SEM COLETA</u> dos Contêineres Subterrâneos	Horas PRODUTIVAS <u>COM COLETA</u> dos Contêineres Subterrâneos	Horas IMPRODUTIVAS <u>COM COLETA</u> dos Contêineres Subterrâneos
Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.	8.984	1.307	8.983	1.308
Coleta Seletiva	2.262	2.092	2.260	2.094

Fonte: SLU – Elaboração TCDF

37. Constata-se que as alterações nas horas de trabalho decorrentes da opção pela coleta dos contêineres semienterrados instalados no Setor Noroeste são pouco relevantes. Dessa forma, o impacto financeiro decorre principalmente dos gastos com a adaptação de veículos.

38. As **tabelas 6 e 7** da Nota Técnica nº 17/2022 (p.5 a 12), trazem simulação mais detalhada dos custos mensais da coleta convencional e coleta seletiva considerando os dois cenários, ou seja, com e sem a utilização dos contêineres semienterrados.

IV – Das Informações Prestadas pela Empresa Corpus Saneamento

39. A empresa Corpus Saneamento decidiu manifestar-se, conforme oportunizado na Decisão nº 4131/2021.

40. Da justificativa apresentada pela empresa, destacam-se os seguintes trechos (p. 9/10 e 17/18):

(...) De fato, a contratada limitou-se a atender ao chamamento administrativo, após a publicação do aviso de licitação, que goza de presunção de legitimidade. Não cabia a empresa fiscalizar a ocorrência de algum tipo de inobservância à Lei 13.303/16 ou observância de outros requisitos legais para a abertura do certame. Além de a empresa não ter acesso a essas informações ou competência de fiscalização, há que se ter presente que os atos administrativos gozam, como se disse, da presunção de legitimidade, de modo que o edital de licitação se presume regular e perfeito.

(...)

Deste fato incontestado bem se apercebeu a própria r. decisão constante Despacho Singular nº 519/2021-GCRR, da lavra do Exmo. Conselheiro relator, que, de forma indene de dúvidas, assim



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

se manifestou: ‘...não há nos autos indícios de irregularidades praticadas pela contratada, pessoa jurídica, que participou de procedimento licitatório e, ao que consta, cumpriu suas obrigações contratuais, entregando os contêineres adquiridos, não devendo responder por ações adotadas pela Companhia Pública.

Dessa forma, eventuais supostas irregularidades na licitação ou no contrato administrativo firmado, na fase interna do processo licitatório, não podem ser atribuídas ao particular, mas sim à Administração, responsável exclusiva nesta fase.

(...)

Outro ponto a destacar é o seguinte: o preço ofertado pela Corpus em sua proposta comercial, datada de 05/08/2020, se refere ao fornecimento e instalação de sistema de contentores subterrâneos, cujo número corresponde a 148 unidades com capacidade de 3 m³ cada uma, distribuídas em conjuntos de 2 e 4 unidades, o que perfaz um valor unitário de R\$ 31.959,46 (trinta e um mil, novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos) para cada contentor subterrâneo de 3 m³, ao contrário do entendimento do ilustre Procurador, que considerou o valor de R\$ 79.000,00 para cada contentor fornecido através do Contrato n° 84/2020.

Por outro lado, no referido ofício é citado também que devido a forma de coleta dos contêineres usados pela SLU ser distinta daquela utilizada para coleta dos contêineres fornecidos por meio do Contrato n° 84/2020, foi instaurado processo administrativo com vistas a promover estudos para determinar as adaptações necessárias e os respectivos custos para realizar um aditivo ao Contrato n° 18/2019-SLU, com o fito de viabilizar a utilização dos contêineres licitados pela TERRACAP.

A CORPUS proativamente providenciou cotação de mercado (em anexo) com o propósito de levantar o valor dessas alterações, obtendo o valor de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais) para cada caminhão alterado, que representa valor módico, considerando que, em sua avaliação, em torno de 4 (quatro caminhões seriam suficientes para atender o setor Noroeste, onde já foram instalados os 60 (sessenta) conjuntos de contêineres previstos.

Dessa forma, não se sustenta a alegação do Ministério Público de Contas de violação aos princípios da economicidade e da eficiência, cujo fundamento se baseia no tipo de contêiner adquirido pela TERRACAP e já implantados no Setor Noroeste de Brasília, pois, além de serem equipamentos mais atualizados do que os existentes atualmente, os custos para qualquer alteração nos caminhões coletores, são de pequena monta, em relação aos valores empenhados para a limpeza pública. (...) - destacamos

41. Os pontos expostos pela empresa não trazem novas informações além do que já foi apontado pela Terracap e SLU/DF.

V – Análise

42. Cabe destacar, de início, os pontos citados no Ofício n° 1/2021- G4PD/A, e que ensejaram os esclarecimentos requisitados na Decisão n° 4131/2021.

43. Argumentou o MPC que os contêineres instalados na região do Noroeste possuem especificações técnicas e condições de operacionalização distintos dos previstos nos contratos do SLU/DF, fato que estaria impedindo a efetiva execução do serviço de coleta, e que demonstra falha no planejamento da aquisição dos contêineres pela Terracap.

44. Além disso, os equipamentos instalados seriam mais onerosos, e com capacidade de armazenamento inferior, quando comparados aos contêineres contratados pelo SLU/DF. De acordo com MPC, cada contêiner instalado no Noroeste teria custado R\$ 79 mil, com capacidade de armazenamento de 3 metros cúbicos. Os equipamentos instalados pelo SLU/DF, por seu turno, foram adquiridos por R\$ 35 mil, com capacidade de 5 metros cúbicos.

45. No que diz respeito aos contêineres instalados no Setor Noroeste, e de acordo com as informações prestadas, constata-se que os equipamentos possuem de fato especificações técnicas distintas das previstas nos contratos atualmente geridos pelo SLU/DF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

46. Além da capacidade volumétrica, há diferenças na forma de coleta. Os contêineres adquiridos pelo SLU/DF são içados e o descarte realizado na parte superior do veículo, por meio de uma tampa localizada no fundo na lixeira. Os equipamentos instalados pela Terracap no Setor Noroeste, por sua vez, são içados, e posteriormente basculados na traseira do veículo.

47. Ao manifestar-se sobre o tema, a Terracap informou que a aquisição e instalação de contêineres semienterrados no Setor Noroeste atendeu demanda daquela comunidade, em compensação pela ausência de sistema de coleta de lixo a vácuo, prevista no projeto original do empreendimento.

48. De fato, é notório que o empreendimento do Setor Noroeste foi anunciado como o primeiro bairro ecológico do Brasil, dotado de uma ampla infraestrutura sustentável, e que incluía a promessa de um sistema de coleta de lixo a vácuo. De acordo com texto informativo do Edital de Licitação nº 01/2009 – Terracap19:

(...) Diante de tanto apelo ecológico, a decisão foi tomada: o Noroeste seria uma cidade-parque, onde as modernidades arquitetônicas respeitariam as normas internacionais de responsabilidade sócio-ambiental.

Brasília ganha, assim, um bairro ecologicamente correto, um espaço urbano projetado para conciliar e integrar prédios, atividades humanas, tecnologias modernas ao verde e à preservação da natureza.

Depois de vencidas inúmeras barreiras e cumpridas todas as exigências ambientais, urbanísticas e jurídicas, o sonho, agora, começa a ser definitivamente concretizado. Este Edital de Licitação é mais do que um instrumento legal de vendas de imóveis. É um marco histórico. É o começo da implantação definitiva do Noroeste, a primeira ecovila do Brasil. (...)

49. A infraestrutura prometida valorizou o novo bairro, gerando mais recursos para a Terracap e, conseqüentemente, para o Distrito Federal. Segundo informações constantes do Edital de Licitação nº 10/2009 – Terracap20:

(...) As duas primeiras licitações, realizadas em janeiro e março deste ano, foram sucesso de público e de vendas. Em janeiro, oferecemos 63 projeções residenciais e comerciais; vendemos 54 terrenos por R\$ R\$ 537,8 milhões. Em março, das 20 projeções ofertadas, vendemos 11 ao preço de R\$ 137,6 milhões. Nas duas licitações, portanto, as vendas somaram R\$ 675,5 milhões – recorde em toda a história da Terracap. O mesmo sucesso esperamos agora. (...)

50. Entende-se, dessa forma, justa a decisão da Terracap de instalar os contêineres subterrâneos para coleta de lixo no Setor Noroeste. Cabe à empresa cumprir os compromissos assumidos perante seus clientes, que desembolsaram mais recursos pela promessa de uma infraestrutura ambientalmente mais sustentável.

51. No que diz respeito à escolha dos contêineres, observa-se que, em dezembro de 2018, a Terracap solicitou ao SLU orientações quanto às características recomendadas para aquisição de lixeiras subterrâneas, a serem instaladas no Setor Noroeste.

52. Por meio do Ofício SEI-GDF nº 1462/2018 - SLU/PRESI22, o SLU/DF indicou o seguinte:

‘Nesse sendo, sugerimos a instalação de Lixeiras com tampa de abertura e içamento manual, sendo o modelo de aço galvanizado ou qualquer tipo de material anti-chamas, anti-vandalismo e resistente a corrosão, sendo estes os mais indicados para instalação. Cabe informar, que o serviço de coleta para esses tipos de contêineres é realizado com um caminhão compactador munido de guindaste munk e seu içamento é lateral.’

53. Do exame dos documentos apresentados, verificou-se que a Terracap cumpriu as especificações sugeridas pelo SLU, quando da elaboração do projeto básico utilizado na celebração do Contrato nº 84/2020.

54. O SLU ressaltou que, embora sua resposta tenha sido sucinta, sem apontamentos quanto ao volume do contêiner e à necessidade da abertura de fundo, não houve dúvidas quanto à possibilidade de operação dos equipamentos aventados pela Terracap, considerando as especificações técnicas e o tempo estimado de operação informados.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

55. Percebe-se, perante o exposto, que o SLU considerou a possibilidade utilização de contêineres com volume diferente de 5 metros cúbicos, e sem abertura de fundo.

56. Convém destacar, neste ponto, que a utilização de contêineres semienterrados é relativamente recente no DF, tendo o SLU realizado teste piloto com diversos equipamentos, utilizados nos Lotes I (contrato nº 18/2019) e III (contrato nº 24/2019).

57. No Parecer Técnico nº 16/2020 - SLU/PRESI/DITEC23, datado de 09.10.2020, constante do Processo nº 5653/2022, é apresentada análise dos contêineres testados pelo SLU. Segundo o documento, a metodologia utilizada examinou aspectos relacionados à eficiência na coleta, dimensão espacial, área de operação, armazenamento de chorume e ergonomia no trabalho.

58. A tabela a seguir elenca as características e notas finais dos equipamentos avaliados (p. 4).

Código	Endereço	Fabricante	Material	Nota Final
10001	Estrada São Bartolomeu, próximo à Rod. DF-001 (entrada do Altiplano Leste)	GMAX	Chapa Fax Galvanizada	N/A
10002	Em frente ao mercado Fortaleza, junto ao acesso à Chácara Bela Vista (Vilinha)	DEEP Solution S.A.	Corpo em plástico, tampa em inox cilíndrica	5,33
10003	Início da estrada de chão - Logo após a Chácara Laranjeiras	DEEP Solution S.A.	Corpo em Polímero Polietileno Aditivado, tampa em inox cúbica	5,25
30001	Colônia Agrícola Sucupira - Chácara 26	DEEP Solution S.A.	Corpo em Polímero Polietileno Aditivado, tampa em inox cúbica	N/A
30002	Núcleo Rural Casa Grande - Olhos D'água - Gama	FORM	Estrutura em aço SAE- 1020	7,04
30003	Núcleo Rural Casa Grande - Mansão dos Prazeres - Gama	DEEP Solution S.A.	Polímero Polietileno Aditivado	N/A

Fonte: SLU

59. Conclui o referido parecer técnico (p. 5):

(...) Em relação à definição dos modelos avaliados, observando apenas aqueles cujas notas foram consideradas (códigos 10002, 10003 e 30002), **apesar de tecnicamente o modelo 30002 ter sido o mais bem avaliado, não foram encontrados elementos que tornem os demais inaptos para a instalação.**

Posto isto, caberá às Comissões Executoras de contratos a opção por um modelo de instalação em seus respectivos lotes.

É recomendação desta DITEC que, pelo menos em cada etapa de instalação, haja um padrão dos modelos de equipamentos em todos os lotes, apesar de não haver nenhum impeditivo contratual para isto.

Também é recomendação com relação à saúde e segurança do trabalho que, caso haja a consideração de instalação dos equipamentos códigos 10002 e 10003 pelas Comissões Executoras, seja dada maior atenção na manobra do cilindro efetuada pelo operador no momento do encaixe, retornando a lixeira ao solo, como também não realizar a limpeza do local com o equipamento erguido e o operador abaixo dele.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Ressaltamos que, antes de efetuar a aquisição de quaisquer destes modelos, deve-se observar o tempo de confecção destes equipamentos junto ao fabricante, uma vez que prazos muito dilatados podem prolongar os cronogramas.

60. Note-se que a consulta realizada pela Terracap foi realizada em dezembro de 2018, antes do início dos testes realizados pelo SLU.

61. *Convém destacar, ainda, a existência de questionamentos a respeito dos contêineres semienterrados adquiridos pelo SLU por meio do Pregão Eletrônico nº 02/2018. O Processo TCDF nº 5653/2022 apura denúncias de possíveis irregularidades no processo de seleção e compra desses equipamentos. Dessa forma, entende-se que, até o deslinde do mencionado processo, seria precipitado utilizar os referidos equipamentos como referência para análise dos contêineres instalados no Setor Noroeste.*

62. *Quanto aos impactos financeiros decorrentes da operacionalização da coleta dos contêineres semienterrados instalados no Setor Noroeste, o SLU/DF apresentou inicialmente dois cenários, cujos impactos variavam de R\$ 177 mil a R\$ 201 mil de acréscimo por mês.*

63. *Os cenários apresentados, todavia, não refletiam as condições reais de coleta, seja pela utilização de dados históricos de outros equipamentos, seja pela realização de testes em veículos com especificações diferentes das recomendadas pela empresa Corpus Saneamento.*

64. *Posteriormente, conforme apontado na Nota Técnica nº 1/2022 - SLU/DITEC/UGTEC/CORECON/GEACO, foi realizado novo teste. A medição dos tempos de coleta foi realizada a partir da utilização de um veículo fornecido pela empresa Corpus Saneamento, e acompanhada por representantes da própria empresa, da Diretoria Técnica do SLU/DF, do TCDF e da TERRACAP, além das empresas SOTKON e Valor Ambiental.*

65. *O tempo total de coleta atingiu 3 minutos e 28 segundos, considerando o ciclo de mobilização, coleta e desmobilização. O resultado ficou próximo das estimativas apontadas pela empresa Corpus Saneamento, que indicou a duração de 2 a 3 minutos para o referido ciclo.*

66. *A partir desse novo teste, o SLU/DF apontou a necessidade de aditamento contratual, com um acréscimo de R\$ 19.910,11 ao custo mensal do contrato. Esse valor refere-se a:*

i. adaptação dos veículos de coleta e alteração das proporções de horas produtivas e improdutivas dos veículos utilizados no Noroeste (R\$ 12.312,44);

ii. manutenção dos contêineres subterrâneos (R\$ 7.597,67).

67. *Vale ressaltar que, independentemente do tipo de equipamento instalado, haverá sempre a necessidade da realização de gastos com manutenção. Em outras palavras, o custo incremental pela adoção da nova forma de coleta totalizou R\$ 12.312,44 por mês, o que representa um aumento de cerca de 0,1% no custo mensal do contrato.*

68. *Em resposta a questionamento desta equipe técnica, o SLU encaminhou a Nota Técnica nº 17/2022, detalhando o cálculo do impacto financeiro relativo à adaptação dos veículos de coleta e alteração das proporções de horas produtivas e improdutivas dos veículos utilizados no Noroeste.*

69. *De acordo com os dados encaminhados pelo SLU, conclui-se que não haverá alterações significativas no quantitativo de horas produtivas e improdutivas, caso se opte pela utilização dos contêineres semienterrados, conforme descrito na tabela seguinte.*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Serviço	Horas PRODUTIVAS <u>SEM COLETA</u> dos Contêineres Subterrâneos	Horas IMPRODUTIVAS <u>SEM COLETA</u> dos Contêineres Subterrâneos	Horas PRODUTIVAS <u>COM COLETA</u> dos Contêineres Subterrâneos	Horas IMPRODUTIVAS <u>COM COLETA</u> dos Contêineres Subterrâneos
Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Domiciliares.	8.984	1.307	8.983	1.308
Coleta Seletiva	2.262	2.092	2.260	2.094

Fonte: SLU – Elaboração TCDF

70. *No que diz respeito à adaptação dos veículos, o SLU/DF informou que o custo total estimado é de R\$ 273.280,00 para o caminhão compactador de 19m³, utilizado na coleta convencional, e R\$ 164.640,00 para o caminhão compactador de 15m³, utilizado na coleta seletiva. Os valores se referem à instalação de braço munk e adequação da parte traseira. Esses valores levaram em conta o orçamento encaminhado por uma única empresa, apesar da pesquisa de preços ter sido direcionada a outros nove estabelecimentos.*

71. *Entende-se que, caso o Tribunal decida autorizar a aditivção do contrato de coleta, será necessária a realização de nova pesquisa de preços para a adaptação dos caminhões coletores, com o objetivo de ampliar o número de orçamentos, e melhorar as condições para se alcançar a proposta mais vantajosa.*

72. *Ressalta-se, neste ponto, que o orçamento apresentado pela empresa Corpus Saneamento para adaptação dos caminhões de coleta, no valor de R\$ 8.900 por caminhão, refere-se apenas às alterações na parte traseira dos veículos, utilizada para engate e esvaziamento dos contêineres.*

73. *De acordo com o SLU/DF, embora haja caminhões com braço munk executando o serviço de coleta lixo, não há disponibilidade desses veículos para operar os contêineres semienterrados do Setor Noroeste.*

74. *Ressalta-se ainda que, segundo as informações prestadas pelo SLU/DF, o tempo total de coleta dos contêineres do setor Noroeste (3 minutos e 28 segundos) é inferior ao tempo médio de coleta dos contêineres de 5 metros cúbicos (5 minutos) instalados em outras regiões do DF.*

75. *É possível inferir, portanto, que dependendo das características do local, o tipo de contêiner instalado no Setor Noroeste seja mais adequado, ou mesmo mais eficiente que os modelos já utilizados pelo SLU/DF.*

76. *Resta evidente que os tempos de operação são a base para precificação do serviço de coleta. Nesse sentido, é fundamental que o SLU/DF realize medições frequentes dos tempos de coleta, além de avaliar a durabilidade dos contêineres, de modo gerar subsídios para as próximas licitações do serviço.*

77. *Finalmente, em relação ao custo individual de cada contêiner semienterrado instalado no Setor Noroeste, constatou-se que o valor apresentado pelo MPC no Ofício nº 1/2021-GPDA está equivocado. Observou-se que o órgão ministerial dividiu erroneamente o valor total do contrato (R\$ 4.729.999,85) por 60 (sessenta), número que representa o total de conjuntos de lixeiras adquiridos, sendo 46 (quarenta e seis) conjuntos compostos de 2 (duas) lixeiras, e 14 (catorze) conjuntos compostos de 4 (quatro) lixeiras, totalizando 148 (cento e quarenta e oito) lixeiras de 3m³.*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

78. Com efeito, o custo individual de cada contêiner semienterrado instalado no setor Noroeste alcançou R\$ 31.959,46, valor inferior ao custo unitário dos equipamentos adquiridos pelo SLU/DF (Contrato nº 18/2019-SLU), cujo valor aproximado foi de R\$ 35.000,00 (vide §§ 19, 21 e 39, retro).

79. Ante o exposto, não se vislumbra no caso em tela violação aos princípios da economicidade e da eficiência. Ademais, cabe mencionar que, conforme informado pela Terracap, todos os 148 contêineres objeto do Contrato nº 84/2020 encontram-se instalados desde o dia 30/09/2021.

80. Nesse sentido, considerando a análise aqui apresentada, além da possibilidade real que os equipamentos sejam inadvertidamente utilizados para o descarte de lixo pela população, uma vez que todos os equipamentos já se encontram instalados, julgamos pertinente a revogação de medida cautelar concedida na Decisão nº 4131/2021." (Grifos acrescidos).

52. Vale sublinhar que, no Ofício nº 1/2021-G4P/DA, conhecido como Representação pela **Decisão nº 4.131/2021**, o MPC/DF submeteu ao descortino do TCDF denúncia apontando possíveis falhas no planejamento que resultou na celebração do Contrato nº 84/2020, firmado entre a TERRACAP e a Corpus Saneamento e Obras Ltda, para execução dos serviços de implementação de **sistema composto por lixeiras subterrâneas (contêineres) no Setor Noroeste**, localidade não abrangida pelos contratos do SLU ora vigentes.

53. Segundo o MPC/DF, os equipamentos instalados no Setor Noroeste, em virtude do **Contrato nº 84/2020**, possuíam especificações técnicas e condições de operacionalização distintos dos previstos nos contratos do SLU, **firmados em 2019**, fato impeditivo para a **efetiva execução do serviço de coleta pela Autarquia na região**.

54. Tais indícios foram corroborados pela análise realizada nos autos, ante a constatação de existência de **distinções na capacidade volumétrica, bem como no que tange à forma de coleta dos detritos depositados nos equipamentos previstos no Contrato nº 84/2020**.

55. Com efeito, ao abrigo das peças coligidas nos autos, não há dúvida de que **os bens adquiridos pela TERRACAP se mostraram incompatíveis com o modelo de coleta adotado pelo SLU**, sendo, por conseguinte, inservíveis operacionalmente, tornando peremptório o gasto de recursos para custear a adaptação dos caminhões coletores.

56. Por outro lado, de acordo com o asseverado pela Segunda Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, restou afastado o indicativo de prejuízo relacionado ao custo individual dos contêineres adquiridos pela Terracap.

57. Assim, outro não pode ser o entendimento senão aquele no sentido de **reconhecer a procedência parcial** da Representação ministerial, em face da **confirmação** da inadequação dos bens adquiridos pela TERRACAP no **Contrato nº 84/2020** à escorreita operacionalização do SLU.

58. Dito isso, vale acrescentar que, consoante apontado pelo Corpo Técnico, verificou-se que **o custo total** apenas para **adaptação dos veículos a serem empregados no Setor Noroeste** foi estimado em **R\$ 273.280,00** para o caminhão compactador de 19m³,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

utilizado na coleta convencional, e em **R\$ 164.640,00** para o caminhão compactador de 15m³, utilizado na coleta seletiva, perfazendo um valor adicional de **R\$ 437.920,00**.

59. Forçoso reconhecer que o **valor adicional a ser suportado pelo SLU não é desprezível**, mesmo desconsiderando o incremento de valor inerente à alteração das proporções de horas produtivas e improdutivas dos veículos utilizados no Noroeste.

60. No modo de pensar deste Órgão Ministerial de Contas, o custo adicional verificado poderia ter sido **evitado** ou **mitigado** por uma postura diligente na etapa de **planejamento da licitação**. No entanto, o que se tem é que a TERRACAP não buscou, **com a exatidão necessária**, as especificações técnicas dos contêineres passíveis de serem operados pelos caminhões utilizados no âmbito do Contrato nº 18/2019.

61. Observa-se do feito que a TERRACAP encaminhou o Ofício SEI-GDF Nº 267/2018-TERRACAP/PRESI/DITEC ao SLU, por meio do qual solicitou pronunciamento da entidade quanto ao melhor tipo de lixeira subterrânea a ser instalada. Segundo consta, em resposta, a Autarquia encaminhou o despacho SEI-GDF SLU/PRESI/DITEC sugerindo:

“(...) a instalação de Lixeiras com tampa de abertura e içamento manual, sendo o modelo de aço galvanizado ou qualquer tipo de material anti-chamas, anti-vandalismo e resistente a corrosão, sendo estes os mais indicados para instalação. Cabe informar, que o serviço de coleta para esses tipos de contêineres é realizado com um caminhão compactador munido de guindaste munk e seu içamento é lateral.”

62. Não há notícias de solicitação de informações adicionais, a fim de se dirimirem eventuais dúvidas relacionadas à contratação.

63. De igual modo, parece razoável concluir que as especificações técnicas fornecidas pelo SLU no Ofício SEI-GDF nº 1462/2018-SLU/PRESI foram **insuficientes** para a correta formulação do projeto básico que culminou no **Contrato nº 84/2020**. Não parece aceitável que o SLU, em resposta aos questionamentos apresentados pela TERRACAP, tenha deixado de realizar apontamentos acerca do volume dos contêineres e da necessidade da abertura de fundo, **características básicas inerentes ao manejo dos coletores**.

64. Por sua vez, ao balizar o planejamento da contratação em informações insuficientes fornecidas pelo SLU no que tange ao objeto do Contrato nº 84/2020, a TERRACAP contribuiu diretamente para instauração de contexto passível de gerar custos adicionais ao Poder Público.

65. Por óbvio, esse esmero, inerente à atuação dos agentes públicos, não foi observado na espécie, causando, além de transtornos para a população local decorrentes dos obstáculos operacionais para a coleta de lixo no Setor Noroeste, **incremento nos custos a serem suportados pelo Distrito Federal**.

66. Assim sendo, mesmo que a situação posta, sob o imperativo de **mitigar os prejuízos já gerados para a população local**, recomende a **revogação das cautelares** concedidas pelo item II.a e b da Decisão nº 4.131/2021, aos olhos deste Órgão Ministerial de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Contas, mostra-se imperiosa a **instauração de procedimento para apuração de responsabilidade daqueles que concorreram para a aquisição de contêineres com especificações técnicas e condições de operacionalização indiscutivelmente distintos dos previstos nos contratos do SLU**, culminando na inafastável necessidade de dispêndios adicionais de recursos pelo Distrito Federal.

67. Trata-se de medida consentânea com a supremacia e indisponibilidade do interesse público, tanto no que tange à satisfação da necessidade de fornecimento de serviços públicos para a população local, quanto no tocante ao poder/dever de responsabilização por irregularidade de que resulte prejuízo aos cofres públicos.

68. Afora a necessidade de apuração de responsabilidade pelos fatos, conforme obtemperou a Unidade Instrutiva, eventual **adaptação dos veículos deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, como forma de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.**

69. Assim, o Ministério Público de Contas **converge** com a análise e com as sugestões apresentadas pelo Corpo Instrutivo na Informação nº 65/2021–SEGEM/DIGEM2, com os **ajustes** relacionados ao **reconhecimento do cumprimento** do item III.a da **Decisão nº 967/2021**.

70. De igual modo, o MPC/DF coaduna com o exame realizado na Informação nº 64/2022-SEGEM/DIGEM2, com os **acrêscimos** concernentes ao **reconhecimento da procedência parcial da Representação conhecida pela Decisão nº 4.131/2021** e à **necessidade de instauração de procedimentos de apuração de responsabilidade**, no âmbito da TERRACAP e do SLU, para avaliação das condutas dos agentes que contribuíram para a compra de contêineres com especificações técnicas distintas das previstas em contratos geridos pela Autarquia, fato este com notório potencial lesivo à população local e aos cofres públicos, informando ao Tribunal o resultado das apurações.

É o Parecer.

Brasília, 5 de setembro de 2022.


Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador-Geral